



BR ADVISORY PARTNERS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 10.739.356/0001-03
NIRE 35.300.366.727 | Código CVM: 25860
Companhia Aberta

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**

DATA: 20 DE MARÇO DE 2025

HORÁRIO: 10:00 HORAS

ÍNDICE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO	1
PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO	3
INFORMAÇÕES GERAIS.....	8
ANEXO I – COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA.....	13
ANEXO II – PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	63
ANEXO III– INFORMAÇÕES DA SEÇÃO 8 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA	71
ANEXO IV – ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO	115
ANEXO V – JUSTIFICATIVAS E IMPACTOS DA ALTERAÇÃO AO ESTATUTO SOCIAL	130

BR ADVISORY PARTNERS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 10.739.356/0001-03
NIRE 35.300.366.727 | Código CVM: 25860
Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A SER REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 2025

Convocamos os senhores acionistas da **BR Advisory Partners Participações S.A.**, sociedade por ações aberta, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3732, 28º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 35.300.366.727 e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia sob o nº 10.739.356/0001-03, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") como companhia aberta categoria "A" sob o código 2586-0 ("**Companhia**"), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**") e dos artigos 4º e 6º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**"), a se reunirem, de modo exclusivamente presencial, para garantir a autenticidade e a integridade das deliberações, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 20 de março de 2025, às 10:00, na sede da Companhia ("**AGOE**"), a fim de discutir e deliberar sobre as seguintes matérias:

Em Assembleia Geral Ordinária:

- (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, incluindo o relatório da administração, o relatório do Comitê de Auditoria e o parecer dos auditores independentes;
- (ii) deliberar sobre a proposta de destinação do resultado relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024; e
- (iii) fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2025.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

- (i) alterar e consolidar o estatuto social da Companhia ("**Estatuto Social**"), contemplando (a) a alteração da razão social da Companhia para BRBI BR Partners S.A.; e (b) a alteração do artigo 22(x) do Estatuto Social da Companhia para estabelecer um valor mínimo equivalente a 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido da Companhia como requisito para deliberação do Conselho de

Administração em transações que envolvam a aquisição, transferência ou constituição de ônus de participações societárias, bem como a assinatura de acordos de acionistas relativos a tais participações societárias.

- (ii) Cancelar o Plano de Ações Restritas da Companhia.

Instruções e Informações Gerais:

Observado o disposto no artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, solicita-se aos acionistas que se fizerem representar por procuração a entrega na sede da Companhia de mandato e dos documentos que comprovam os poderes do respectivo representante legal, dentro do prazo máximo de 2 (dois) dias úteis antes da data marcada para a realização da AGOE, isto é, até às 10:00 horas do dia 18 de março de 2025. Para participar da AGOE, os acionistas deverão exibir documento de identidade/documentos societários e comprovante de titularidade das ações da Companhia emitido nos 5 (cinco) dias anteriores à data de realização da AGOE pela instituição depositária, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida para participação na AGOE constam na Proposta da Administração disponibilizada pela Companhia nos endereços abaixo indicados. Por fim, recomendamos aos acionistas que cheguem ao local com 1 (uma) hora de antecedência, para o devido cadastramento e ingresso no local da AGOE.

Ainda, o acionista que optar por exercer seu direito de voto à distância poderá: (i) transmitir as instruções de voto diretamente pelas instituições e/ou corretoras que mantêm suas posições em custódia; (ii) transmitir as instruções de voto diretamente ao escriturador das ações da Companhia, qual seja o Itaú Corretora de Valores S.A., conforme instruções estabelecidas na Proposta da Administração; ou (iii) preencher o boletim de voto à distância ("**Boletim de Voto**") disponível nos endereços indicados abaixo e enviá-lo diretamente à Companhia, conforme instruções contidas na Proposta da Administração para a AGOE. Para mais informações, observar as regras previstas na Resolução CVM 81, na Proposta da Administração e no Boletim de Voto.

Informamos que o percentual mínimo de participação para pedido de instalação do Conselho Fiscal é de 2% das ações com direito de voto e 1% das ações sem direito de voto, conforme disposto na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") 70 de 22 de março de 2022 ("Resolução 70/22"), observando-se que tal faculdade deverá ser requerida em até 48 horas de antecedência da Assembleia.

Estão à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia e nos websites da Companhia (<https://ri.brpartners.com.br>), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br), nos termos da Resolução CVM 81, a Proposta da Administração e demais documentos e informações relacionados às matérias constantes da ordem do dia da AGOE.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2025.

Jairo Eduardo Loureiro Filho
Presidente do Conselho de Administração

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados senhores,

O Conselho de Administração da **BR Advisory Partners Participações S.A.**, sociedade por ações aberta, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3732, 28º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 35.300.366.727 e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 10.739.356/0001-03, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") como companhia aberta categoria "A" sob o código 2586-0 ("**Companhia**"), submete à apreciação de seus acionistas a presente proposta da administração ("**Proposta da Administração**" ou "**Proposta**") sobre as matérias que serão deliberadas na assembleia geral ordinária e extraordinária da Companhia ("**AGOE**"), a ser realizada em 20 de março de 2025, às 10:00 horas, exclusivamente na forma presencial, a ser realizada na sede social da Companhia, conforme Edital de Convocação divulgado na presente data, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

Em Assembleia Geral Ordinária

- (i) **tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, incluindo o relatório da administração, o parecer do Comitê de Auditoria e o parecer dos auditores independentes.**

A administração propõe a aprovação das contas dos administradores e das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, incluindo o relatório da administração, o parecer do Comitê de Auditoria e o parecer dos auditores independentes, todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e devidamente aprovados pelo Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 13 de fevereiro de 2025. Vale notar que KPMG Auditores Independentes Ltda. ("**Auditores Independentes**"), empresa especializada de auditoria independente da Companhia, emitiu parecer sem ressalvas a respeito das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Ademais, a administração recomenda o exame detalhado das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia (incluindo suas notas explicativas), do relatório da administração, do parecer do Comitê de Auditoria e do parecer dos Auditores Independentes, os quais foram devidamente disponibilizados à consulta de V. Sas. nos websites da Companhia (<https://ri.brpartners.com.br>), da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br) e foram publicados, em 13 de fevereiro de 2025, no Jornal "O Estado de São Paulo".

De acordo com o disposto no artigo 10, inciso III, da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**"), a Companhia informa aos acionistas que os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, referente ao exercício social encerrado em 31 de

dezembro de 2024, nos termos do item 2 do formulário de referência da Companhia ("**Formulário de Referência**"), estão previstos no **ANEXO I** desta Proposta.

(ii) **deliberar sobre a proposta de destinação do resultado relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.**

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia teve lucro líquido de R\$ 193.669.836,22 ("**Lucro Líquido**").

Nesse sentido, nos termos do artigo 195-A da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"), a administração propõe a V.Sas. a aprovação da destinação do Lucro Líquido, conforme segue:

- (a) R\$ 9.683.491,81, correspondente a 5% do Lucro Líquido, à reserva legal, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações;
- (b) R\$ 45.996.586,10, correspondente a 25,0% do Lucro Líquido ajustado após a destinação para a reserva legal ("**Lucro Líquido Ajustado**"), ao pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios, em conformidade com o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e artigo 32 do estatuto social da Companhia ("**Estatuto Social**"), os quais já foram antecipadamente distribuídos e pagos aos Srs. acionistas conforme declarações de dividendos intermediários com base nas demonstrações financeiras intermediárias relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2024 no valor total de R\$ 31.498.711,20, à conta de reserva de lucros constituída em exercício anterior, e nas demonstrações financeiras intermediárias relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2024 no valor total de R\$ 31.498.711,20, à conta de lucros acumulados, deliberados pelo Conselho de Administração da Companhia em reuniões realizadas em 9 de maio de 2024 e 8 de agosto de 2024, respectivamente;
- (c) R\$ 121.578.013,17 correspondente a 66,1% do Lucro Líquido Ajustado, ao pagamento dos dividendos adicionais aos Srs. acionistas, sendo que, deste montante, (a) R\$ 18.899.226,72, ou R\$ 0,06 por ação de emissão da Companhia ou R\$ 0,18 por Unit de emissão da Companhia, serão pagos aos Srs. acionistas em até 30 dias a contar da data da AGOE; (b) R\$ 17.000.836,30 foram antecipadamente declarados e pagos aos Srs. acionistas conforme declaração de dividendos intermediários com base nas demonstrações financeiras intermediárias relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2024 (excluindo o valor imputado ao dividendo mínimo obrigatório descrito no item (b) acima), à conta de lucros acumulados, deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 08 de agosto de 2024; (c) R\$47.248.066,80 foram antecipadamente declarados e pagos aos Srs. acionistas conforme declaração de dividendos intercalares com base nas demonstrações financeiras intermediárias relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2024, à conta de lucros acumulados, deliberado pelo Conselho de

Administração da Companhia em reunião realizada em 7 de novembro de 2024; e (d) R\$ 38.429.883,35 foram antecipadamente declarados e pagos aos Srs. Acionistas conforme declaração de dividendos adicionais com base nas demonstrações financeiras intermediárias relativas ao primeiro semestre findo em 30 de junho de 2024, à conta de lucros acumulados, deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 27 de novembro de 2024.

- (d) R\$ 16.411.745,14, correspondente a 8,9% do Lucro Líquido Ajustado, à Reserva de Investimentos prevista no Parágrafo 2º do artigo 32 do Estatuto Social, em conformidade com o artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações e com o Parágrafo 1º do artigo 32 do Estatuto Social.

Adicionalmente, a Administração propõe a ratificação de dividendos adicionais distribuídos e pagos aos Srs. acionistas conforme declarações de dividendos intercalares com base nas demonstrações financeiras intermediárias referentes aos trimestres findos em 31 de março de 2024, 30 de junho de 2024 e 30 de setembro de 2024, deliberados pelo Conselho de Administração da Companhia em reuniões realizadas em 9 de maio de 2024, 08 de agosto de 2024 e 07 de novembro de 2024, respectivamente, bem como os dividendos extraordinários deliberados pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 27 de novembro de 2024, em conformidade com o artigo 204, § 2º da Lei das Sociedades por Ações e com o artigo 21, inciso (viii) e o artigo 32, parágrafo 2º do Estatuto Social.

Em atendimento ao artigo 10º, parágrafo único, inciso II da Resolução CVM 81, a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social de 2024, na forma do Anexo A da Resolução CVM 81, encontra-se no **ANEXO II** a esta Proposta.

- (iii) **fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2025.**

A administração propõe a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria a ser paga pela Companhia e suas subsidiárias para o exercício social de 2025 no montante de até R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais).

Para fins de esclarecimento, o valor total da remuneração global dos administradores da Companhia pago pela Companhia e pelas suas subsidiárias em 2024 foi de R\$ 23.483.554,40, dos quais (i) R\$ 4.524.105,10 foram pagos diretamente pela Companhia, e (ii) R\$ 18.959.449,30 pago pelas subsidiárias da Companhia, em conformidade com as autorizações societárias aplicáveis de cada subsidiária.

A Companhia esclarece ainda que o período a que se refere a presente proposta de remuneração é de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025.

Em atendimento ao artigo 13 da Resolução CVM 81, as informações sobre remuneração dos administradores indicadas no item 8 do Formulário de Referência encontram-se no **ANEXO III** a esta Proposta.

Em Assembleia Geral Extraordinária

- (i) **alterar e consolidar o Estatuto Social, contemplando (a) a alteração da razão social da Companhia para BRBI BR Partners S.A.; e (b) alteração da redação do artigo 22(x) do Estatuto Social para estabelecer um valor mínimo equivalente a 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido da Companhia como requisito para deliberação do Conselho de Administração em transações que envolvam a (i) a aquisição (por subscrição ou outra forma), transferência (por alienação ou outra forma) de participações societárias; ou (ii) a constituição de ônus, por qualquer forma, direta ou indiretamente, de participações societárias, ou de direitos decorrentes das referidas participações societárias.**

A administração propõe a alteração da razão social da Companhia de BR Advisory Partners Participações S.A. para **BRBI BR Partners S.A.** com o objetivo de simplificar a identidade corporativa e fortalecer a imagem e presença da Companhia no mercado em que atua. Tendo em vista a alteração da razão social da Companhia, propõe-se que o caput do artigo 1º do Estatuto Social seja alterado:

*“Artigo 1º - BRBI BR Partners S.A. (“**Companhia**”) é uma sociedade anônima, com prazo de duração indeterminado, regida pelo disposto neste Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações posteriores (“**Lei das Sociedades por Ações**”), pelo Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“**B3**”) (“**Regulamento do Nível 2**”) e demais disposições legais aplicáveis.”*

Ainda, a administração propõe a alteração do artigo 22(x) do Estatuto Social da Companhia para estabelecer um valor mínimo equivalente a 5% (cinco por cento) como requisito para deliberação do Conselho de Administração em transações que envolvam a aquisição, transferência ou constituição de ônus de participações societárias, bem como a assinatura de acordos de acionistas relativos a tais participações societárias. Essa mudança visa garantir que apenas operações de maior relevância financeira sejam submetidas à aprovação do Conselho de Administração, permitindo uma gestão mais eficiente e ágil das operações de menor valor, permitindo que a Companhia tome decisões mais rapidamente em transações de menor valor, enquanto ainda se mantém um controle rigoroso sobre operações de maior impacto financeiro. Dessa forma, propõe-se que o item x do artigo 22 do Estatuto Social seja alterado:

“Artigo 22 – Competirá ao Conselho de Administração da Companhia deliberar sobre as seguintes matérias:

(...)

(x) aprovar transações que possuam valor superior a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido da Companhia constante do último balanço social publicamente disponível que envolvam (i) a aquisição (por subscrição ou outra forma), transferência (por alienação ou outra forma) de participações societárias; (ii) a constituição de ônus, por qualquer forma, direta ou indiretamente, de participações societárias, ou de direitos decorrentes das referidas participações societárias; ou (iii) a celebração de qualquer novo acordo de acionistas, de sócios ou cotistas relativos às controladas ou investidas em que a Companhia, direta ou indiretamente, detenha participação societária, ou alteração de qualquer dos acordos de acionistas, de sócios ou de cotistas existentes;

(...)”

Em decorrência do exposto acima, anexamos à presente o ANEXO IV e o ANEXO V, contendo, em destaque, as alterações propostas, detalhando a origem e justificativas das alterações relevantes, com análise dos seus efeitos jurídicos e econômicos, conforme estabelece o artigo 12 da Resolução CVM 81.

(ii) Cancelar o Plano de Ações Restritas aprovado em Assembleia Geral Ordinária em 01 de setembro de 2020.

A administração propõe o cancelamento do Plano de Ações Restritas aprovado em Assembleia Geral Ordinária em 01 de setembro de 2020, pois nenhuma outorga foi realizada sob o Plano desde sua aprovação.

CONCLUSÕES

Pelos motivos acima e em conformidade com a legislação societária aplicável, o estatuto social da Companhia e as disposições da presente Proposta da Administração, a administração da Companhia recomenda à V.Sas. a aprovação das matérias acima elencadas na AGOE a ser realizada em 20 de março de 2025, bem como das demais matérias a ela relacionadas.

Por fim, a administração esclarece que esta Proposta da Administração se encontra disponível na sede social da Companhia, na página eletrônica da Companhia (<https://ri.brpartners.com.br>), da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.gov.br/cvm) na rede mundial de computadores.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2025.

Cordialmente,

Jairo Eduardo Loureiro Filho

Presidente do Conselho de Administração

INFORMAÇÕES GERAIS

1 Instalação da AGOE

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("**AGOE**") instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, no mínimo, 1/4 do capital social total com direito a voto da Companhia e, em segunda convocação, mediante a publicação de novo edital, instalar-se-á com qualquer número de acionistas presentes.

Considerando o objeto de deliberação da alteração do estatuto social da Companhia ("**Estatuto Social**"), a AGOE excepcionalmente instalar-se-á, em sede de Assembleia Geral Extraordinária, em relação à reforma estatutária, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, no mínimo, 2/3 do capital social total com direito a voto da Companhia e, em segunda convocação, mediante a publicação de novo edital, instalar-se-á com qualquer número de acionistas presentes.

Desta forma, caso estejam presentes acionistas titulares de 1/4 ou mais do capital social total com direito a voto da Companhia, mas em número inferior a 2/3, a AGOE estará instalada, ficando, no entanto, prejudicada a deliberação sobre a alteração do Estatuto Social em sede de Assembleia Geral Extraordinária, sendo necessária nova convocação mediante a publicação de novo edital para deliberar sobre essa matéria específica.

2 Orientações para participação dos acionistas na AGOE

A participação dos acionistas na AGOE poderá ser pessoal ou por procurador devidamente constituído, observado o disposto no artigo 126 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**") – em ambos os casos, presencialmente, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**") –, ou por meio dos mecanismos de votação à distância.

2.1 Participação pessoalmente ou representado por procurador

A pessoa presente à AGOE deverá provar a sua qualidade de acionista, nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações. Desejando ser representado, o acionista deverá atender aos preceitos do artigo 126, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações, exibindo os documentos apresentados a seguir. O acionista que porventura enviar Boletim de Voto também poderá, caso queira, participar da AGOE presencialmente, desde que a solicitação seja realizada em observância aos procedimentos e aos prazos previstos nesta proposta da administração para a AGOE ("**Proposta da Administração**"). Nesse caso, se o acionista desejar votar nas matérias da AGOE durante a sua respectiva participação presencial, **a Companhia esclarece que todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim de Voto identificado por meio do número de**

inscrição de tal acionista no cadastro no Ministério da Fazenda, seja de pessoa jurídica (CNPJ/MF) ou de pessoa física (CPF/MF), conforme o caso, serão desconsideradas, nos termos do artigo 28, parágrafo 2º, inciso II, e do artigo 48, parágrafo 5º, inciso II, ambos da Resolução CVM 81.

Observados os procedimentos previstos no edital de convocação para a AGOE ("**Edital de Convocação**") e na presente Proposta da Administração, para participar e votar, presencialmente, o acionista deverá enviar à Companhia os documentos indicados no Edital de Convocação e na presente Proposta da Administração.

Para participar e votar, os Srs. acionistas deverão comprovar a qualidade de detentores de ações emitidas pela Companhia, por meio dos seguintes documentos:

- (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, e/ou, relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, datado de, no máximo, 2 (dois) dias úteis antes da data de envio do documento para a Companhia;
- (ii) instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei (incluindo, mas sem se limitar, o artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações);
- (iii) cópia de documento de identificação, reconhecido legalmente como tal, com foto recente e validade nacional, dentro do prazo de validade, caso aplicável, em se tratando de pessoa física;
- (iv) cópia dos atos constitutivos atualizados e do ato que investe o representante de poderes bastantes para representação no âmbito da AGOE, no caso de pessoa jurídica; e
- (v) cópia dos atos constitutivos atualizados do acionista e do seu respectivo administrador e/ou gestor (conforme o caso), bem como do ato que investe o representante de poderes bastantes para representação no âmbito da AGOE, no caso de fundos de investimento.

A Companhia dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos acionistas para a sede da Companhia, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista, a notarização, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada dos documentos de representação do acionista, sendo, contudo, necessária a apresentação da tradução simples dos documentos que não tenham sido originalmente lavrados em português.

A Companhia solicita que os acionistas representados por procuradores enviem por correspondência à sede da Companhia ou por e-mail, com **antecedência**

mínima de 2 (dois) dias úteis, os documentos acima elencados, por e-mail (ri@brap.com.br), aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, tendo como assunto “BRAP – AGOE 2025”.

A Companhia recomenda aos acionistas que cheguem ao local com 1 (uma) hora de antecedência, para o devido cadastramento e ingresso no local da AGOE.

2.2 Participação mediante envio do Boletim de Voto

O boletim de voto à distância deve ser preenchido caso o acionista opte por exercer o seu direito de voto a distância, nos termos da Resolução CVM 81 (“**Boletim de Voto**”). Nesse caso, é imprescindível que o boletim seja preenchido com o nome (ou denominação social) completo do acionista e o número de inscrição no cadastro no Ministério da Fazenda, seja de pessoa jurídica (CNPJ) ou de pessoa física (CPF), além de um endereço de e-mail para eventual contato. Além disso, para que o Boletim de Voto seja considerado válido e os votos nele proferidos sejam contabilizados no quórum da AGO, as seguintes instruções deverão ser observadas: (i) os campos do boletim deverão estar devidamente preenchidos; e (ii) o acionista ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso e nos termos da legislação vigente, deverá(ão) assinar o Boletim de Voto.

Envio do Boletim de Voto diretamente à Companhia:

Nesse caso, o acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância por meio do envio do Boletim de Voto diretamente à Companhia, deverá encaminhar os seguintes documentos por e-mail (ri@brap.com.br), aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, tendo como assunto “BRAP – AGO 2025” e assegurar que a Companhia os receba **até 4 (quatro) dias antes da data da AGOE, ou seja, até 16 de março de 2025 (inclusive)**:

- (a) cópia do Boletim de Voto relativo à AGOE devidamente preenchido, rubricado e assinado; e
- (b) cópia autenticada dos seguintes documentos:
 - (i) **para pessoas físicas**: documento de identidade com foto (RG, RNE, CNH ou passaporte) do Acionista;
 - (ii) **para pessoas jurídicas**: documento de identidade com foto (RG, RNE, CNH ou passaporte) do representante legal e último estatuto ou contrato social consolidado em conjunto com os documentos societários que comprovem a representação legal do Acionista; e
 - (iii) **para fundos de investimento**: documento de identidade com foto (RG, RNE, CNH ou passaporte) do representante legal, último regulamento consolidado do fundo e estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo em conjunto com os documentos societários que comprovem os poderes de representação.

A Companhia dispensará a apresentação dos originais, bem como o reconhecimento de firma dos Boletins de Voto assinados no território brasileiro e a notariação e apostilamento daqueles assinados fora do país, sendo, contudo, necessária a apresentação da tradução simples dos documentos que não tenham sido originalmente lavrados em língua diversa da portuguesa.

O Boletim de Voto que estiver desacompanhado da documentação necessária à comprovação da condição de acionista ou à comprovação de sua representação não será considerado válido e, em consequência, não será processado pela Companhia, podendo, contudo, ser corrigido e reenviado pelo acionista à Companhia, observados os prazos e procedimentos estabelecidos na Resolução CVM 81.

A Companhia comunicará o acionista se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido, em até 3 dias úteis do recebimento dos documentos.

Envio do Boletim de Voto por meio de agentes de custódia:

Os acionistas detentores de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas com instituições e/ou corretoras ("**Agentes de Custódia**") na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**"), caso estes prestem esse tipo de serviço. Nesse caso, o voto a distância será exercido pelos acionistas de acordo com os procedimentos adotados pelos Agentes de Custódia que mantêm suas posições em custódia. O acionista titular de ações depositadas na B3 que optar por exercer o seu direito de voto a distância deverá fazê-lo mediante a transmissão de sua instrução de voto ao Agente de Custódia com o qual mantém suas ações em custódia, observadas as regras determinadas por esses últimos, que, na sequência, encaminharão tais manifestações de voto à Central Depositária da B3. Como a prestação do serviço de coleta e transmissão de instruções de preenchimento deste Boletim de Voto é facultativo para os Agentes de Custódia, recomendamos que o acionista verifique se o seu custodiante está habilitado a prestar tal serviço e quais os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto, bem como os documentos e informações por eles exigidos.

Envio do Boletim de Voto por meio do escriturador:

Os acionistas poderão também realizar a transmissão de suas instruções de voto ao escriturador das ações da Companhia, o Itaú Corretora de Valores S.A. Informações sobre o cadastro e passo a passo para emissão do certificado digital estão descritas no seguinte endereço: <http://www.italu.com.br/securitiesservices/assembleiadigital/>

O Boletim de Voto encontra-se disponível nos *websites* da Companhia (<https://ri.brpartners.com.br>), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

3 Informações Adicionais

Adicionalmente, a Companhia ressalta que:

- (i) caso haja divergências entre eventual Boletim de Voto recebido diretamente pela Companhia e instrução de voto coletada pelo agente escriturador (conforme constante no mapa de votação proveniente do escriturador), para um mesmo número de CPF ou CNPJ, a instrução de voto do escriturador prevalecerá, de acordo com as disposições do §2º do art. 48 da Resolução CVM 81;
- (ii) conforme determinado pelo art. 44 da Resolução CVM 81, a Central Depositária da B3, ao receber as instruções de voto dos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ;
- (iii) encerrado o prazo de votação à distância, o acionista não poderá alterar as instruções de voto já enviadas, salvo na AGOE, presencialmente ou por procuração, mediante solicitação, explícita, de desconsideração das instruções de voto enviadas via Boletim de Voto, antes da colocação da(s) respectiva(s) matéria(s) em votação; e
- (iv) conforme previsto no art. 49 da Resolução CVM 81, as instruções de voto a distância serão consideradas normalmente na hipótese de eventual adiamento da AGOE ou caso seja necessária à sua realização em segunda convocação, desde que o eventual adiamento ou realização em segunda convocação não ultrapassem 30 (trinta) dias da data inicialmente prevista para sua realização em primeira convocação.

ANEXO I – COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

*(nos termos da seção 2 do Formulário de Referência, conforme
Resolução CVM nº 80/21 e Resolução da CVM nº 81/22)*

2.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os valores constantes neste item 2.1 foram extraídos das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022.

(a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais 2024

A receita bruta de prestação de serviços totalizou R\$ 364.822 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento de 47,9% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 246.665 mil).

O resultado líquido de juros e ganhos/perdas em instrumentos financeiros totalizou R\$ 216.397 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento de 14,41% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 189.148 mil).

O lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 193.670 mil, representando um aumento de 24,9% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 (155.084 mil).

O Patrimônio Líquido da Companhia totalizou R\$ 804.590 mil em 31 de dezembro de 2024, representando uma diminuição de 2% em relação a 31 de dezembro de 2023 (820.817 mil).

O total de ativos da Companhia em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 15.056.487 mil, representando um crescimento de 40,1% em relação a 31 de dezembro de 2023 (10.745.707 mil).

No que se refere a capacidade da Companhia em honrar compromissos financeiros assumidos, cabe destacar que a Companhia tem os seguintes ativos de alta liquidez: i) Caixa e Equivalentes de Caixa, que em 31 de dezembro de 2024 totalizavam R\$ 575.235 mil; ii) Títulos Públicos, que totalizavam R\$ 8.684.734 mil na mesma data.

Além disso, no que se refere ao endividamento da Companhia no exercício, abaixo é demonstrado um indicador que ilustra os níveis de endividamento. O Índice de Endividamento considera o Total do Passivo da Companhia em razão do Patrimônio Líquido, e apontou 17,71 x. Já em relação à liquidez, a Liquidez Geral, que considera o Total do Ativo dividido pelo Total do Passivo da Companhia, foi de 1,06 x. A administração acredita que o resultado auferido pelos indicadores abaixo mostram que

a Companhia continuou com uma postura conservadora, prezando pela manutenção de um baixo endividamento, assim como saudáveis índices de liquidez.

Tipos de Indicadores	Métrica	Em 31 de dezembro de 2024
Indicadores de Endividamento	Total do Passivo (R\$ milhões) (a)	14.251,9
	Patrimônio Líquido (R\$ milhões) (b)	804,6
	Índice de Endividamento (a/b)	17,71x
Indicadores de Liquidez	Total do Ativo (R\$ milhões) (c)	15.056,5
	Total do Passivo (R\$ milhões) (d)	14.251,9
	Liquidez Geral (c/d)	1,06x

Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022

2023

A receita bruta de prestação de serviços totalizou R\$ 246.665 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando uma redução de 1,8% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 251.046).

O resultado líquido de juros e ganhos/perdas em instrumentos financeiros totalizou R\$ 189.148 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de 16,4% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

O lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 155.084 mil, representando um aumento de 5,4% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

O Patrimônio Líquido da Companhia totalizou R\$ 820.817 mil em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de 2,1% em relação a 31 de dezembro de 2022.

O total de ativos da Companhia em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 10.745.707 mil, representando um crescimento de 36,5% em relação a 31 de dezembro de 2022.

No que se refere a capacidade da Companhia em honrar compromissos financeiros assumidos, cabe destacar que a Companhia tem os seguintes ativos de alta liquidez: i) Caixa e Equivalentes de Caixa, que em 31 de dezembro de 2023 totalizavam R\$ 287.188 mil; ii) Títulos Públicos, que totalizavam R\$ 6.811.820 mil na mesma data.

Além disso, no que se refere ao endividamento da Companhia no exercício, abaixo é demonstrado um indicador que ilustra os níveis de endividamento. O Índice de Endividamento considera o Total do Passivo da Companhia em razão do Patrimônio Líquido, e apontou 12,09 x. Já em relação à liquidez, a Liquidez Geral, que considera o Total do Ativo dividido pelo Total do Passivo da Companhia, foi de 1,08 x. A administração acredita que o resultado auferido pelos indicadores abaixo mostram que a Companhia continuou com uma postura conservadora, prezando pela manutenção de um baixo endividamento, assim como saudáveis índices de liquidez.

Tipos de Indicadores	Métrica	Em 31 de dezembro de 2023
Indicadores de Endividamento	Total do Passivo (R\$ milhões) (a)	9.925,9
	Patrimônio Líquido (R\$ milhões) (b)	820,8
	Índice de Endividamento (a/b)	12,09x
Indicadores de Liquidez	Total do Ativo (R\$ milhões) (c)	10.745,7
	Total do Passivo (R\$ milhões) (d)	9.924,9
	Liquidez Geral (c/d)	1,08x

2022

As receitas de prestação de serviços totalizaram R\$ 251.046 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução de 4,3% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 262.400 mil).

O resultado líquido de juros e ganhos (perdas) em instrumentos financeiros totalizou R\$ 162.457 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de 39,1% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

O lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 147.101 mil, representando um aumento de 6% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

O Patrimônio Líquido da Companhia totalizou R\$ 804.217 mil em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de 4,8% em relação a 31 de dezembro de 2021.

O total de ativos da Companhia em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 7.871.055 mil, representando um crescimento de 158,23% em relação a 31 de dezembro de 2021.

No que se refere a capacidade da Companhia em honrar compromissos financeiros assumidos, cabe destacar que a Companhia tem os seguintes ativos de alta liquidez: i) Caixa e Equivalentes de Caixa, que em 31 de dezembro de 2022 totalizavam R\$ 77.470 mil; ii) Títulos Públicos, que totalizavam R\$ 5.727.370 mil na mesma data.

Além disso, no que se refere ao endividamento da Companhia no exercício, abaixo é demonstrado um indicador que ilustra os níveis de endividamento. O Índice de Endividamento considera o Total do Passivo da Companhia em razão do Patrimônio Líquido, e apontou 8,79x. Já em relação à liquidez, a Liquidez Geral, que considera o Total do Ativo dividido pelo Total do Passivo da Companhia, foi de 1,11x. A administração acredita que o resultado auferido pelos indicadores abaixo mostram que a Companhia continuou com uma postura conservadora, prezando pela manutenção de um baixo endividamento, assim como saudáveis índices de liquidez.

Tipos de Indicadores	Métrica	Em 31 de dezembro de 2022
Indicadores de Endividamento	Total do Passivo (R\$ milhões) (a)	7.066,8
	Patrimônio Líquido (R\$ milhões) (b)	804,2
	Índice de Endividamento (a/b)	8,79x
Indicadores de Liquidez	Total do Ativo (R\$ milhões) (c)	7.871,1
	Total do Passivo (R\$ milhões) (d)	7.066,8
	Liquidez Geral (c/d)	1,11x

(b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

Os Diretores da Companhia apresentam abaixo a composição da estrutura de capital da Companhia para os três últimos exercícios sociais:

- Em 31 de dezembro de 2024, a estrutura de capital da Companhia era composta de 5% de capital próprio e 95% de capital de terceiros.
- Em 31 de dezembro de 2023, a estrutura de capital da Companhia era composta de 8% de capital próprio e 92% de capital de terceiros.
- Em 31 de dezembro de 2022, a estrutura de capital da Companhia era composta de 11% de capital próprio e 89% de capital de terceiros.

Os Diretores acrescentam que a Companhia não possui ações resgatáveis emitidas.

A Companhia administra seu capital tendo como base parâmetros de otimização da estrutura de capital com foco nas métricas de liquidez e alavancagem que possibilitem um retorno aos seus acionistas, no médio prazo, condizente com os riscos assumidos na operação.

(c) comentários dos Diretores em relação a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores acreditam que a Companhia apresenta condição plena de honrar seus compromissos financeiros. A tabela abaixo evidencia o Lucro Líquido reportado pela Companhia nos exercícios sociais encerrados em 2024, 2023 e 2022.

Condições Financeiras e Patrimoniais (R\$ milhões)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de:		
	2024	2023	2022
Lucro Líquido	193,7	155,1	147,1

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, as principais fontes de financiamento para capital de giro e para investimento em ativos não circulantes da Companhia foram o caixa gerado por meio de suas atividades operacionais, em captação de Certificados de Depósitos Bancários, Certificados de Depósitos Interfinanceiros, Letras de Crédito Imobiliário, Letras de Crédito do Agronegócio, Letras Financeiras e operações compromissadas com compromisso de recompra, conforme apresentado a seguir:

(R\$ milhares)	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Captações	12.525.237	8.345.808	6.740.357
Recursos de operações compromissadas	8.056.208	5.680.720	4.983.415
Recursos de clientes	2.627.471	2.057.405	1.297.012
Recursos de emissão de títulos	1.841.558	607.683	459.930

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende continuar utilizando financiamentos ou captar recursos junto a instituições financeiras mais a geração de caixa operacional da Companhia.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía contratos de empréstimo e financiamentos nos três últimos exercícios sociais.

(ii) outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras nos três últimos exercícios sociais.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía contratos de empréstimo e financiamentos nos três últimos exercícios sociais.

(iv) restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía contratos de empréstimo e financiamentos nos três últimos exercícios sociais.

(g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não dispunha de nenhum contrato de financiamento ou empréstimo nos três últimos exercícios sociais.

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

A seguir, são apresentados os valores relativos às demonstrações de resultado consolidado relativos aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022

ANÁLISE COMPARATIVA DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

DRE CONSOLIDADO (em R\$ mil)	31/dez/24	%AV*	31/dez/23	%AV*	AH(%)	AH(R\$)
Receitas de juros e ganhos em instrumentos financeiros	7.049.611	-	6.310.038	-	12%	739.573
Despesas de juros e perdas em instrumentos financeiros	(6.833.214)	-	(6.120.890)	-	12%	(712.324)
Resultado líquido de juros e ganhos/perdas em instrumentos financeiros	216.397	37%	189.148	43%	14%	27.249
Receitas de prestação de serviços	364.822	63%	246.665	57%	48%	118.157
Total de receitas de prestação de serviços	364.822	63%	246.665	57%	48%	118.157
Total de Receitas	581.219	100%	435.813	100%	33%	145.406
Despesa de pessoal	(143.901)	-25%	(122.500)	-28%	17%	(21.401)
Despesas administrativas	(136.658)	-24%	(72.045)	-17%	90%	(64.613)
Despesas tributárias	(45.052)	-8%	(36.705)	-8%	23%	(8.347)
Reversão (Perda) por redução ao valor recuperável	(14.355)	-2%	(1490)	0%	863%	(12.865)
Outras receitas	1.253	0%	1281	0%	-2%	(28)
Outras despesas	(2.178)	0%	(4.588)	-1%	-53%	2.410
Despesas operacionais	(340.891)	-58,7%	(236.047)	-54,2%	938,6%	(104.844)
Resultado não operacional	-898	0%	463	0%	-294%	(1.361)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro e resultados de equivalência patrimonial	239.430	41%	200.229	46%	20%	39.201
Resultado de equivalência patrimonial	0	0%	0	0%	0%	0
Resultado antes da tributação sobre o lucro	239.430	41%	200.229	46%	0%	39.201
Tributos sobre lucros	(45.760)	-8%	(45.145)	-10%	1%	(615)
Lucro líquido do exercício	193.670	33%	155.084	36%	25%	38.586

*%AV representa o valor da rubrica em questão dividida pelo valor da rubrica de “Total de Receitas”.

Receitas de juros e ganhos em instrumentos financeiros

As receitas de juros e ganhos em instrumentos financeiros no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foram de R\$ 7.049.611 mil, o que representa um aumento de R\$ 739.573 mil em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 no qual as receitas de juros e ganhos em instrumentos financeiros foram de R\$ 6.310.038 mil. Esse aumento é explicado, substancialmente, pelas receitas maiores de derivativos R\$ 667.859 mil e R\$ 82.013 mil em títulos e valores mobiliários.

Despesas de juros e perdas em instrumentos financeiros

As despesas de juros e perdas em instrumentos financeiros aumentaram R\$ 712.324 mil, atingindo R\$ 6.833.214 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 contra R\$ 6.120.890 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Esse aumento é atribuído principalmente ao aumento de despesas de operações com títulos e valores mobiliários em R\$ 879.599 mil, decorrente de variação de mercado

sobre a carteira no referido exercício social, bem como uma redução de R\$ 236.843 na despesa com derivativos na comparação dos exercícios.

Resultado líquido de juros e ganhos / perdas em instrumentos financeiros

O resultado líquido de juros e de instrumentos financeiros aumentou R\$ 27.249 mil, atingindo R\$ 216.397 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 contra R\$ 189.148 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Este resultado foi impactado positivamente pelos instrumentos financeiros derivativos, carteira de títulos privados e públicos.

Receita de Prestação de Serviços

A receita de prestação de serviços aumentou R\$ 118.157 mil, atingindo uma receita de R\$ 364.822 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 contra uma receita de R\$ 246.665 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Essa pequena redução deve-se a fatores macroeconômicos do mercado durante o exercício em referência.

Outras receitas

As outras receitas diminuíram R\$ 28 mil, atingindo R\$ 1.253 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, contra R\$ 1.281 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Total de receitas

O total de receitas de prestação de serviços aumentou R\$ 145.406 mil, atingindo R\$ 581.219 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 contra R\$ 435.813 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Despesas de Pessoal

As despesas de pessoal aumentaram R\$ 21.401 mil, atingindo R\$ 143.901 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 contra R\$ 122.500 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. A variação foi devida principalmente ao aumento de colaboradores e ajuste salarial.

Despesas Administrativas

As despesas administrativas aumentaram R\$ 64.613 mil, atingindo R\$ 136.658 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 contra R\$ 72.045 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Esse aumento refere-se, substancialmente, aos gastos com serviços de terceiros e serviços do sistema financeiro.

Perda por redução ao valor recuperável

As despesas por redução ao valor recuperável aumentaram R\$ 12.865 mil, atingindo R\$ 14.355 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 contra R\$ 1.490 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Esse aumento refere-se, substancialmente, ao provisionamento para perdas de outros créditos.

Despesas tributárias

As despesas tributárias aumentaram R\$ 8.347 mil, atingindo R\$ 45.052 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, contra R\$ 36.705 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. O aumento refere-se aos tributos PIS, COFINS e ISS sobre as receitas de prestação de serviços e resultado financeiro do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 que foi superior em relação a 31 de dezembro de 2023.

Outras despesas

As outras despesas diminuíram R\$ 2.410 mil, atingindo R\$ 2.178 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, contra R\$ 4.588 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. A diminuição refere-se a outras despesas operacionais ocorridas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Despesas operacionais

As despesas operacionais aumentaram R\$104.844 mil, atingindo R\$ 340.891 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 contra R\$ 236.047 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Esse aumento deve-se aos motivos acima descritos.

Resultado antes dos tributos sobre o lucro e resultados de equivalência patrimonial

O resultado antes dos tributos sobre o lucro e os resultados de equivalência patrimonial, aumentou R\$ 39.201 mil, atingindo R\$ 239.430 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 contra R\$ 200.229 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Esse aumento deve-se ao bom desempenho operacional conforme fatores acima descritos.

Tributos sobre os lucros

Os tributos sobre os lucros, aumentaram R\$ 615 mil, atingindo R\$ 45.760 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 contra R\$ 45.145 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Esse aumento deve-se principalmente ao aumento do resultado operacional e do lucro tributável.

Lucro Líquido

O lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 193.670 mil, representando um aumento de 24,9% em relação ao exercício social

encerrado em 31 de dezembro de 2023, quando se verificou um lucro líquido de R\$ 155.084 mil. Essa variação ocorreu devido aos fatores acima descritos.

ANÁLISE COMPARATIVA DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

DRE CONSOLIDADO (em R\$ mil)	31/dez/23	%AV*	31/dez/22	%AV*	AH(%)	AH(R\$)
Receitas de juros e ganhos em instrumentos financeiros	6.310.038	-	3.427.169	-	84%	2.882.869
Despesas de juros e perdas em instrumentos financeiros	(6.120.890)	-	(3.264.712)	-	87%	-2.856.178
Resultado líquido de juros e ganhos/perdas em instrumentos financeiros	189.148	43%	162.457	39%	16%	26.691
Receitas de prestação de serviços	246.665	57%	251.046	61%	-2%	-4.381
Total de receitas de prestação de serviços	246.665	57%	251.046	61%	-2%	-4.381
Total de Receitas	435.813	100%	413.503	100%	5%	22.310
Despesa de pessoal	(122.500)	-28%	(85.278)	-21%	44%	-37.222
Despesas administrativas	(72.045)	-17%	(53.728)	-13%	34%	-18.317
Despesas tributárias	(36.705)	-8%	(39.049)	-9%	-6%	2.344
Reversão (Perda) por redução ao valor recuperável	(1.490)	0%	249	0%	-698%	-1.739
Outras receitas	1.281	0%	833	0%	54%	448
Outras despesas	(4.588)	-1%	(3.158)	-1%	45%	-1.430
Despesas operacionais	(236.047)	-54,2%	(180.131)	-43,6%	-527,6%	-55.916
Resultado não operacional	463	0%	(1.152)	0%	-140%	1.615
Resultado antes dos tributos sobre o lucro e resultados de equivalência patrimonial	200.229	46%	232.220	56%	-14%	-31.991
Resultado de equivalência patrimonial	-	0%	-	0%	0%	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro	200.229	46%	232.220	56%	0%	-31.991
Tributos sobre lucros	-45.145	-10%	(85.119)	-21%	-47%	39.974
Lucro líquido do exercício	155.084	36%	147.101	36%	5%	7.983

*%AV representa o valor da rubrica em questão dividida pelo valor da rubrica de "Total de Receitas".

Receitas de juros e ganhos em instrumentos financeiros

As receitas de juros e ganhos em instrumentos financeiros no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram de R\$ 6.310.038 mil, o que representa um aumento de R\$ 2.882.869 mil em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 no qual as receitas de juros e ganhos em instrumentos financeiros foram de R\$ 3.427.169 mil. Esse aumento é explicado, substancialmente, pelas receitas maiores de derivativos R\$ 2.551.076 mil e R\$ 772.236 mil em títulos e valores mobiliários.

Despesas de juros e perdas em instrumentos financeiros

As despesas de juros e perdas em instrumentos financeiros aumentaram R\$ 2.856.178 mil, atingindo R\$ 6.120.890 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 contra R\$ 3.264.712 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Esse aumento é atribuído principalmente ao aumento de despesas de operações com derivativos em R\$ 2.217.216 mil, decorrente de variação de mercado sobre a carteira de derivativos no referido exercício social.

Resultado líquido de juros e ganhos / perdas em instrumentos financeiros

O resultado líquido de juros e de instrumentos financeiros aumentou R\$ 26.691 mil, atingindo R\$ 189.148 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 contra R\$ 162.457 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Este resultado foi impactado positivamente pelos instrumentos financeiros derivativos, carteira de títulos privados e públicos.

Receita de Prestação de Serviços

A receita de prestação de serviços reduziu R\$ 4.381 mil, atingindo uma receita de R\$ 246.665 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 contra uma receita de R\$ 251.046 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Essa pequena redução deve-se a fatores macroeconômicos do mercado durante o exercício em referência.

Outras receitas

As outras receitas aumentaram R\$ 448 mil, atingindo R\$ 1.281 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, contra R\$ 833 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Esse aumento deve-se, principalmente, a recuperação e ressarcimento de despesas no exercício de 2022.

Total de receitas

O total de receitas de prestação de serviços aumentou R\$ 22.310 mil, atingindo R\$ 435.813 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 contra R\$ 413.503 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Despesas de Pessoal

As despesas de pessoal aumentaram R\$ 37.222 mil, atingindo R\$ 122.500 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 contra R\$ 85.278 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. A variação foi devida principalmente ao aumento na despesa com provisão de gratificação extraordinária.

Despesas Administrativas

As despesas administrativas aumentaram R\$ 18.317 mil, atingindo R\$ 72.045 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 contra R\$ 53.728 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Esse aumento refere-se, substancialmente, aos gastos com serviços de terceiros, processamento de dados e serviços do sistema financeiro.

Despesas tributárias

As despesas tributárias diminuíram R\$ 2.344 mil, atingindo R\$ 36.705 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, contra R\$ 39.049 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. O aumento refere-se aos tributos PIS/COFINS

sobre o resultado financeiro do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 que foi superior em relação a 31 de dezembro de 2021.

Outras despesas

As outras despesas aumentaram R\$ 1.430 mil, atingindo R\$ 4.588 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, contra R\$ 3.158 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. O aumento refere-se a outras despesas operacionais ocorridas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Despesas operacionais

As despesas operacionais aumentaram R\$55.916 mil, atingindo R\$ 236.047 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 contra R\$ 180.131 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Esse aumento deve-se aos motivos acima descritos.

Resultado antes dos tributos sobre o lucro e resultados de equivalência patrimonial

O resultado antes dos tributos sobre o lucro e os resultados de equivalência patrimonial, diminuiu R\$ 31.991 mil, atingindo R\$ 200.229 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 contra R\$ 232.220 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Esse aumento deve-se ao bom desempenho operacional conforme fatores acima descritos.

Tributos sobre os lucros

Os tributos sobre os lucros, aumentaram R\$ 39.974 mil, atingindo R\$ 45.145 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 contra R\$ 85.119 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Esse aumento deve-se principalmente ao aumento do resultado operacional e do lucro tributável.

Lucro Líquido

O lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 155.084 mil, representando um aumento de 6% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, quando se verificou um lucro líquido de R\$ 147.101 mil. Essa variação ocorreu devido aos fatores acima descritos.

ANÁLISE COMPARATIVA DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

DRE CONSOLIDADO (em R\$ mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2022	%AV*	2021	%AV*	AH(%)	AH(R\$)
Receitas de juros e ganhos em instrumentos financeiros	3.427.169	-	2.063.752	-	66%	1.363.417
Despesas de juros e perdas em instrumentos financeiros	(3.264.712)	-	(1.946.981)	-	68%	-(1.317.731)
Resultado líquido de juros e ganhos (perdas) em instrumentos financeiros	162.457	39,3%	116.771	31,8%	39%	45.686
Receitas de prestação de serviços	251.046	-	262.400	-	-4%	(11.354)
Despesas de serviços técnicos especializados	-	-	(12.537)	-	-100%	12.537
Outras receitas	-	-	394	-	-100%	(394)
Total de receitas (despesas) de prestação de serviços	251.046	60,7%	250.257	68,2%	0,3%	789
Total de Receitas	413.503	100%	367.028	100%	13%	46.475
Despesa de pessoal	(85.278)	-20,6%	(84.283)	-23%	1,10%	(995)
Despesas administrativas	(53.728)	-13%	(24.341)	-6,6%	121%	(29.387)
Despesas tributárias	(39.049)	-9,4%	(38.408)	-10,5%	2%	-641
Reversão (Perda) por redução ao valor recuperável	249	0,1%	76	0,01%	228%	173
Outras receitas	833	0,2%	-	-	-	833
Outras despesas	(3.158)	-0,8%	(1.112)	-0,3%	184%	(2.046)
Despesas operacionais	(180.131)	-43,6%	(148.068)	-40,3%	22%	(32.063)
Resultado não operacional	(1.152)	-0,3%	107	0,03%	-	(1.259)
					1.177%	
Resultado antes dos tributos sobre o lucro e resultados de equivalência patrimonial	232.220	56,2%	219.067	59,7%	6%	13.153
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro	232.220	56,2%	219.067	59,7%	6%	13.153
Tributos sobre lucros	(85.119)	-20,6%	(80.407)	-21,9%	5,8%	-4.712
Lucro líquido do exercício	147.101	35,6%	138.660	37,8%	6%	8.441

*%AV representa o valor da rubrica em questão dividida pelo valor da rubrica de "Total de Receitas".

Receitas de juros e ganhos em instrumentos financeiros

As receitas de juros e ganhos em instrumentos financeiros no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$ 3.427.169 mil, o que representa um aumento de R\$ 1.363.417 mil em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 no qual as receitas de juros e ganhos em instrumentos financeiros foram de R\$2.063.752 mil. Esse aumento é explicado, substancialmente, pelas receitas maiores de ativos financeiros ao custo amortizado de R\$ 14.987 mil, ativos ao valor justo por meio do resultado de R\$ 387.312 mil e derivativos em R\$ 928.055 mil.

Despesas de juros e perdas em instrumentos financeiros

As despesas de juros e perdas em instrumentos financeiros aumentaram R\$ 1.317.731 mil, atingindo R\$ 3.264.712 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 contra R\$ 1.946.981 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento é atribuído principalmente ao aumento de despesas de operações com derivativos em R\$ 721.200 mil, decorrente do efeito das flutuações nos índices e taxas do mercado no valor justo da carteira de derivativos no referido exercício social, e variação de R\$ 501.029 mil em ativos financeiros avaliados a valor justo, devido a variação de marcação a mercado no exercício.

Resultado líquido de juros e ganhos (perdas) em instrumentos financeiros

O resultado líquido de juros e ganhos (perdas) em instrumentos financeiros aumentou R\$ 45.686 mil, atingindo R\$ 162.457 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 contra R\$ 116.771 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Este resultado foi impactado positivamente pelos instrumentos financeiros derivativos, carteira de títulos privados e públicos.

Receita de Prestação de Serviços

As receitas de prestação de serviços reduziram R\$ 11.354 mil, atingindo uma receita de R\$ 251.046 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 contra uma receita de R\$ 262.400 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Essa pequena redução deve-se ao arrefecimento da atividade econômica de setores específicos em 2022, cujos negócios não foram realizados e/ou postergados pelos respectivos agentes econômicos.

A tabela abaixo demonstra a composição das receitas decorrentes de serviços prestados nos períodos indicados:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2022	%AV*	2021	%AV*	% AH	ΔR\$
Assessoria e consultoria financeira	206.173	82,13%	231.468	88,21%	-10,93%	(25.295)
Comissão e intermediação e estruturação de títulos	39.458	15,72%	27.855	10,62%	41,65%	11.603
Taxa de gestão de fundos	5.415	2,15%	3.077	1,17%	75,98%	2.338
Total	251.046	100%	262.400	100%		(11.354)

*%AV representa o valor da rubrica em questão dividida pelo valor da rubrica de "Total".

Despesas de Serviços Técnicos Especializados

As despesas com prestação de serviços técnicos especializados totalizaram R\$ 12.537 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, não houve gastos alocados nessa rubrica.

Outras receitas

As outras receitas aumentaram R\$ 439 mil, atingindo R\$ 833 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, contra R\$ 394 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento deve-se, principalmente, a recuperação e ressarcimento de despesas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Total de receitas (despesas) de prestação de serviços

O total de receitas de prestação de serviços aumentou R\$ 789 mil, atingindo R\$ 251.046 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 contra R\$ 250.257 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Despesas de Pessoal

As despesas de pessoal aumentaram R\$ 995 mil, atingindo R\$ 85.278 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 contra R\$ 84.283 mil no exercício social

encerrado em 31 de dezembro de 2021. A variação foi devida principalmente ao aumento na despesa com provisão de bônus.

Despesas Administrativas

As despesas administrativas aumentaram R\$ 29.387 mil, atingindo R\$ 53.728 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 contra R\$ 24.341 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento refere-se, substancialmente, aos gastos com serviços de terceiros, processamento de dados e serviços do sistema financeiro.

Despesas tributárias

As despesas tributárias aumentaram R\$ 641 mil, atingindo R\$ 39.049 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, contra R\$ 38.408 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. O aumento refere-se aos tributos PIS/COFINS sobre o resultado financeiro do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 que foi superior em relação a 31 de dezembro de 2021.

Outras despesas

As outras despesas aumentaram R\$ 2.046 mil, atingindo R\$ 3.158 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, contra R\$ 1.112 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. O aumento refere-se a gastos de pequena natureza ocorridos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Despesas operacionais

As despesas operacionais aumentaram R\$ 32.063 mil, atingindo R\$ 180.131 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 contra R\$ 148.068 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento deve-se aos motivos acima descritos.

Resultado antes dos tributos sobre o lucro e resultados de equivalência patrimonial

O resultado antes dos tributos sobre o lucro e os resultados de equivalência patrimonial, aumentou R\$ 13.153 mil, atingindo R\$ 232.220 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 contra R\$ 219.067 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento deve-se ao bom desempenho operacional conforme fatores acima descritos.

Tributos sobre os lucros

Os tributos sobre os lucros, aumentaram R\$ 4.712 mil, atingindo R\$ 85.119 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 contra R\$ 80.407 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento deve-se principalmente ao aumento do resultado operacional e do lucro tributável.

Lucro Líquido

O lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 147.101 mil, representando um aumento de 6% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando se verificou um lucro líquido de R\$ 138.660 mil. Essa variação ocorreu devido aos fatores acima descritos.

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS

A seguir, são apresentados os balanços patrimoniais consolidados de 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022.

ANÁLISE COMPARATIVA DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

A tabela abaixo apresenta as principais alterações nas contas patrimoniais de 31 de dezembro de 2024 comparado a 31 de dezembro de 2023.

ATIVO	31/dez/24	AV*	31/dez/23	AV*	Var (%)
(em mil de R\$, exceto percentual)					
ATIVO					
Caixa e equivalentes de caixa	575.235	4%	287.188	3%	200%
Ativo financeiro a valor justo por meio de resultado	9.273.217	62%	7.718.246	72%	120%
- Títulos públicos	8.684.734	58%	6.811.802	63%	127%
- Títulos privados	405.612	3%	741.657	7%	55%
- Cotas de fundo de investimento	182.871	1%	164.787	2%	111%
Ativo financeiro a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2.379.657	16%	1.190.450	11%	200%
- Títulos privados	1.063.568	7%	707.383	7%	150%
- Cotas de fundo de investimento	1.316.089	9%	483.067	4%	272%
Instrumentos financeiros derivativos	1.071.190	7%	236.186	2%	454%
Ativo financeiro ao custo amortizado	1.576.438	10%	1.198.556	11%	132%
- Operações de crédito	346.523	2%	199.686	2%	174%
- Outros ativos financeiros ao custo amortizado	1.229.915	8%	998.870	9%	123%
Outros ativos	27.260	0%	27.302	0%	100%
Ativo fiscal diferido	95.639	1%	25.229	0%	379%
Imobilizado	42.329	0%	44.063	0%	96%
Intangíveis	15.522	0%	18.487	0%	84%
Total do ativo	15.056.487	100%	10.745.707	100%	140%

*%AV representa o valor da rubrica em questão dividida pelo valor da rubrica de "Total do Ativo".

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/dez/24	AV*	31/dez/23	AV*	Var (%)
(em mil de R\$, exceto percentual)					
PASSIVO					
Passivos financeiros ao custo amortizado	13.664.510	91%	9.289.745	86%	147%
- Recursos de operações compromissadas	8.056.208	54%	5.680.720	53%	142%
- Recursos de clientes	2.627.471	17%	2.057.405	19%	128%
- Recursos de emissão de títulos	1.841.558	12%	607.683	6%	303%
- Outros passivos financeiros	1.139.273	8%	943.937	9%	121%
Instrumentos financeiros derivativos	317.315	2%	425.537	4%	75%
Valores a pagar	93.253	1%	88.783	1%	105%
Fornecedores	16.022	0%	4.727	0%	339%
Outros valores a pagar	77.231	1%	84.056	1%	92%
Impostos a recolher	12.806	0%	26.749	0%	48%
Passivo fiscal corrente	15.914	0%	23.848	0%	67%
Passivo fiscal diferido	148.099	1%	70.228	1%	211%
Total do passivo	14.251.897	95%	9.924.890	92%	144%
Patrimônio líquido					
Capital social	674.940	4%	674.940	6%	100%
Reserva de capital	(30.193)	0%	(30.193)	0%	100%
Reserva de lucros	169.245	1%	180.317	2%	94%
Outros resultados abrangentes	-9.402	0%	(4.247)	0%	221%
Total do patrimônio líquido	804.590	5%	820.817	8%	98%
Total do passivo e patrimônio líquido	15.056.487	100%	10.745.707	100%	140%

*%AV representa o valor da rubrica em questão dividida pelo valor da rubrica de "Total do passivo e Patrimônio Líquido".

Ativo

O ativo total era de R\$ 10.745.707 mil em 31 de dezembro de 2023 em comparação com R\$ 15.056.487 mil em 31 de dezembro de 2024, o que representa um aumento de 40,1%.

Esse aumento se deve principalmente pelos seguintes eventos: (i) aumento na aplicação de títulos públicos representados por Letras Financeiras do Tesouro, Notas Financeiras do Tesouro e Letras do Tesouro Nacional de R\$ 6.811.802 em 31 de dezembro de 2023 para R\$ 8.684.734 mil em 31 de dezembro de 2024; (ii) aumento na aplicação em títulos privados, representados por Certificados de Recebíveis Imobiliários, Certificados de Recebíveis do Agronegócio, Debêntures, Cédula do Produto Rural e Notas Comerciais de R\$ 1.449.040 mil em 31 de dezembro de 2023 para R\$ 1.469.180 mil em 31 de dezembro de 2024; (iii) aumento dos Ativo financeiro ao custo amortizado de R\$ 1.198.556 mil em 31 de dezembro de 2023 para R\$ 1.576.438 mil em 31 de dezembro de 2024.

Passivo

O passivo total era de R\$ 9.924.890 mil em 31 de dezembro de 2023 em comparação com R\$ 14.251.897 mil em 31 de dezembro de 2024, o que representa um aumento de 43,6%. Esse aumento se deve majoritariamente pelos seguintes movimentos: (i) aumento do saldo de recursos oriundas de operações compromissadas de R\$ 5.680.720 em 31 de dezembro de 2023 para R\$ 8.056.208 mil em 31 de dezembro de 2024; (ii) aumento do saldo de recursos de clientes de R\$ 2.057.405 mil em 31 de dezembro de 2023 para R\$ 2.627.471 mil em 31 de dezembro de 2024; (iii) aumento do saldo de recursos de emissão de títulos de R\$ 607.683 mil em 31 de dezembro de 2023 para R\$ 1.841.558 mil em 31 de dezembro de 2024, considerando as emissões de Letras Financeiras elegíveis à capital complementar e nível II de Basileia; (iv) aumento dos fornecedores de R\$ 4.727 mil em 31 de dezembro de 2023 para R\$ 16.022 mil em 31 de dezembro de 2024; (v) aumento do saldo de passivo fiscal diferido de R\$ 70.228 mil em 31 de dezembro de 2023 para R\$ 148.099 mil em 31 de dezembro de 2024 e; (vi) aumento do saldo de outros passivos financeiros de R\$943.937 mil em 31 de dezembro de 2023 para R\$ 1.139.273 mil em 31 de dezembro 2024.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Companhia teve uma diminuição de 2%, passando de R\$ 820.817 mil em 31 de dezembro de 2023 para R\$ 804.590 mil em 31 de dezembro de 2024. Essa redução está relacionada com os efeitos das mutações patrimoniais ocorridas no exercício.

Ativo

O ativo total era de R\$ 7.871.055 mil em 31 de dezembro de 2022 em comparação com R\$ 10.745.707 mil em 31 de dezembro de 2023, o que representa um aumento de 36,5%. Esse aumento se deve principalmente pelos seguintes eventos: (i) aumento na aplicação de títulos públicos representados por Letras Financeiras do Tesouro, Notas Financeiras do Tesouro e Letras do Tesouro Nacional de R\$ 5.727.370 em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 6.811.802 mil em 31 de dezembro de 2023; (ii) aumento na aplicação em títulos privados, representados por Certificados de Recebíveis Imobiliários, Certificados de Recebíveis do Agronegócio, Debêntures, Cédula do Produto Rural e Notas Comerciais de R\$ 1.191.949 mil em 31 de dezembro de 2022 para R\$

1.449.040 mil em 31 de dezembro de 2023; (iii) aumento dos Ativo financeiro ao custo amortizado de R\$ 274.999 mil em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 1.198.556 mil em 31 de dezembro de 2023.

Passivo

O passivo total era de R\$ 7.066.838 mil em 31 de dezembro de 2022 em comparação com R\$ 9.924.890 mil em 31 de dezembro de 2023, o que representa um aumento de 40,4%. Esse aumento se deve majoritariamente pelos seguintes movimentos: (i) aumento do saldo de recursos oriundas de operações compromissadas de R\$ 4.983.415 em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 5.680.720 mil em 31 de dezembro de 2023; (ii) aumento do saldo de recursos de clientes de R\$ 1.297.012 mil em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 2.057.405 mil em 31 de dezembro de 2023; (iii) aumento do saldo de recursos de emissão de títulos de R\$ 459.930 mil em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 607.683 mil em 31 de dezembro de 2023; (iv) aumento dos instrumentos financeiros derivativos contratados de R\$ 113.837 mil em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 425.537 mil em 31 de dezembro de 2023; (v) aumento do saldo de outros valores a pagar representado, substancialmente, por provisão de dividendos, despesas de pessoal e arrendamento de aluguel a pagar, de R\$ 79.201 mil em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 84.056 mil em 31 de dezembro de 2023 e; (vi) aumento do saldo de passivo fiscal diferido de R\$ 76.016 mil em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 70.228 mil em 31 de dezembro de 2023.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Companhia teve um aumento de 2,1%, passando de R\$ 804.217 mil em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 820.817 mil em 31 de dezembro de 2023. Esse aumento se deve ao aumento de capital social da Companhia através de *follow on*, bem como pelo lucro acumulado referente ao exercício de 2022.

ANÁLISE COMPARATIVA DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

A tabela abaixo apresenta as principais alterações nas contas patrimoniais de 31 de dezembro de 2023 comparado a 31 de dezembro de 2022.

ATIVO	31/dez/23	AV*	31/dez/22	AV*	Var (%)
(em mil de R\$, exceto percentual)					
ATIVO					
Caixa e equivalentes de caixa	287.188	3%	77.470	1%	371%
Ativo financeiro a valor justo por meio de resultado	7.718.246	72%	6.361.883	81%	121%
- Títulos públicos	6.811.802	63%	5.727.370	73%	119%
- Títulos privados	741.657	7%	445.733	6%	166%
- Cotas de fundo de investimento	164.787	2%	188.780	2%	87%
Ativo financeiro a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1.190.450	11%	780.966	10%	152%
- Títulos privados	707.383	7%	746.216	9%	95%
- Cotas de fundo de investimento	483.067	4%	34.750	0%	1390%
- Instrumentos financeiros derivativos	236.186	2%	267.367	3%	88%
Ativo financeiro ao custo amortizado	1.198.556	11%	274.999	3%	436%
- Operações de crédito	199.686	2%	237.537	3%	84%
- Outros ativos financeiros ao custo amortizado	998.870	9%	37.462	0%	2666%
Outros ativos	27.302	0%	22.144	0%	123%
Ativo fiscal diferido	25.229	0%	24.957	0%	101%
Imobilizado	44.063	0%	46.596	1%	95%
Intangíveis	18.487	0%	14.673	0%	126%
Total do ativo	10.745.707	100%	7.871.055	100%	137%
*%AV representa o valor da rubrica em questão dividida pelo valor da rubrica de "Total do Ativo".					
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/dez/23	AV*	31/dez/22	AV*	Var (%)
(em mil de R\$, exceto percentual)					
PASSIVO					
Passivos financeiros ao custo amortizado	9.289.745	86%	6.744.705	86%	138%
- Recursos de operações compromissadas	5.680.720	53%	4.983.415	63%	114%
- Recursos de clientes	2.057.405	19%	1.297.012	16%	159%
- Recursos de emissão de títulos	607.683	6%	459.930	6%	132%
- Outros passivos financeiros	943.937	9%	4.348	0%	21710%
- Instrumentos financeiros derivativos	425.537	4%	113.837	1%	374%
Valores a pagar - Fornecedores	4.727	0%	3.348	0%	141%
Outros valores a pagar	84.056	1%	79.201	1%	106%
Impostos a recolher	26.749	0%	15.135	0%	177%
Passivo fiscal corrente	23.848	0%	34.596	0%	69%
Passivo fiscal diferido	70.228	1%	76.016	1%	92%
Total do passivo	9.924.890	92%	7.066.838	90%	140%
Patrimônio líquido					
Capital social	674.940	6%	674.940	9%	100%
Reserva de capital	(30.193)	0%	(30.193)	0%	100%
Reserva de lucros	180.317	2%	163.828	2%	110%
Outros resultados abrangentes	(4.247)	0%	(4.358)	0%	97%
Total do patrimônio líquido	820.817	8%	804.217	10%	102%
Total do passivo e patrimônio líquido	10.745.707	100%	7.871.055	100%	137%
*%AV representa o valor da rubrica em questão dividida pelo valor da rubrica de "Total do passivo e Patrimônio Líquido".					

Ativo

O ativo total era de R\$ 7.871.055 mil em 31 de dezembro de 2022 em comparação com R\$ 10.745.707 mil em 31 de dezembro de 2023, o que representa um aumento de 36,5%. Esse aumento se deve principalmente pelos seguintes eventos: (i) aumento na aplicação de títulos públicos representados por Letras Financeiras do Tesouro, Notas Financeiras do Tesouro e Letras do Tesouro Nacional de R\$ 5.727.370 em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 6.811.802 mil em 31 de dezembro de 2023; (ii) aumento na aplicação em títulos privados, representados por Certificados de Recebíveis

Imobiliários, Certificados de Recebíveis do Agronegócio, Debêntures, Cédula do Produto Rural e Notas Comerciais de R\$ 1.191.949 mil em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 1.449.040 mil em 31 de dezembro de 2023; (iii) aumento dos Ativo financeiro ao custo amortizado de R\$ 274.999 mil em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 1.198.556 mil em 31 de dezembro de 2023.

Passivo

O passivo total era de R\$ 7.066.838 mil em 31 de dezembro de 2022 em comparação com R\$ 9.924.890 mil em 31 de dezembro de 2023, o que representa um aumento de 40,4%. Esse aumento se deve majoritariamente pelos seguintes movimentos: (i) aumento do saldo de recursos oriundas de operações compromissadas de R\$ 4.983.415 em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 5.680.720 mil em 31 de dezembro de 2023; (ii) aumento do saldo de recursos de clientes de R\$ 1.297.012 mil em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 2.057.405 mil em 31 de dezembro de 2023; (iii) aumento do saldo de recursos de emissão de títulos de R\$ 459.930 mil em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 607.683 mil em 31 de dezembro de 2023; (iv) aumento dos instrumentos financeiros derivativos contratados de R\$ 113.837 mil em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 425.537 mil em 31 de dezembro de 2023; (v) aumento do saldo de outros valores a pagar representado, substancialmente, por provisão de dividendos, despesas de pessoal e arrendamento de aluguel a pagar, de R\$ 79.201 mil em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 84.056 mil em 31 de dezembro de 2023 e; (vi) aumento do saldo de passivo fiscal diferido de R\$ 76.016 mil em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 70.228 mil em 31 de dezembro de 2023.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Companhia teve um aumento de 2,1%, passando de R\$ 804.217 mil em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 820.817 mil em 31 de dezembro de 2023. Esse aumento se deve ao aumento de capital social da Companhia através de *follow on*, bem como pelo lucro acumulado referente ao exercício de 2022.

ANÁLISE COMPARATIVA DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

A tabela abaixo apresenta as principais alterações nas contas patrimoniais de 31 de dezembro de 2022 comparado a 31 de dezembro de 2021.

ATIVO	31/dez/22	AV*	31/dez/21	AV*	Var (%)
(em mil de R\$, exceto percentual)					
ATIVO					
Caixa e equivalentes de caixa	77.470	0,98%	94.132	3,09%	-17,70%
Ativo financeiro a valor justo por meio de resultado	6.361.883	80,83%	2.368.744	77,72%	168,58%
- Títulos públicos	5.727.370	72,76%	1.803.817	59,15%	217,51%
- Títulos privados	445.733	5,66%	325.438	10,68%	36,96%
- Cotas de fundo de investimento	188.780	2,40%	239.489	7,86%	-21,17%
Ativo financeiro a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	780.966	9,92%	257.594	8,45%	203,18%
- Títulos privados	746.216	9,48%	230.759	7,57%	223,37%
- Cotas de fundo de investimento	34.750	0,44%	26.835	0,88%	29,50%
- Instrumentos financeiros derivativos	267.367	3,40%	149.852	4,92%	78,42%
Ativo financeiro ao custo amortizado	274.999	3,49%	81.568	2,68%	237,14%
- Operações de crédito	237.537	3,02%	56.823	1,86%	318,03%
- Outros ativos financeiros ao custo amortizado	37.462	0,48%	24.745	0,81%	51,39%
Outros ativos	22.144	0,28%	57.856	1,90%	-61,73%
Ativo fiscal diferido	24.957	0,32%	28.154	0,92%	-11,36%
Imobilizado	46.596	0,59%	4.721	0,15%	886,99%
Intangíveis	14.673	0,19%	5.360	0,18%	173,75%
Total do ativo	7.871.055	100%	3.047.981	100%	158,24%

*%AV representa o valor da rubrica em questão dividida pelo valor da rubrica de "Total do Ativo".

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/dez/22	AV*	31/dez/21	AV*	Var (%)
(em mil de R\$, exceto percentual)					
PASSIVO					
Passivos financeiros ao custo amortizado	6.744.705	85,69%	1.959.050	64,27%	244,28%
- Recursos de operações compromissadas	4.983.415	63,31%	1.228.129	40,29%	305,77%
- Recursos de clientes	1.297.012	16,48%	671.744	22,04%	93,08%
- Recursos de emissão de títulos	459.930	5,84%	59.177	1,94%	677,21%
- Outros passivos financeiros	4.348	0,06%	-	-	-
- Instrumentos financeiros derivativos	113.837	1,45%	70.478	2,31%	61,52%
- Valores a pagar - Fornecedores	3.348	0,04%	50.137	1,64%	-93,32%
- Outros valores a pagar	79.201	1,01%	100.055	3,28%	-20,84%
- Impostos a recolher	15.135	0,19%	7.170	0,24%	111,09%
- Passivo fiscal corrente	34.596	0,44%	40.801	1,34%	-15,21%
- Passivo fiscal diferido	76.016	0,97%	53.084	1,74%	43,20%
Total do passivo	7.066.838	89,78%	2.280.775	74,83%	209,84%
Patrimônio líquido					
Capital social	674.940	8,57%	669.243	21,96%	0,85%
Reserva de capital	(30.193)	-0,38%	(28.963)	-0,95%	4,25%
Reserva de lucros	163.828	2,08%	128.689	4,22%	27,31%
- Outros resultados abrangentes	(4.358)	-0,06%	(1.763)	-0,06%	147,19%
Total do patrimônio líquido	804.217	10,22%	767.206	25,17%	4,82%
Total do passivo e patrimônio líquido	7.871.055	100%	3.047.981	100%	158,24%

*%AV representa o valor da rubrica em questão dividida pelo valor da rubrica de "Total do passivo e Patrimônio Líquido".

Ativo

O ativo total era de R\$ 3.047.981 mil em 31 de dezembro de 2021 em comparação com R\$ 7.871.055 mil em 31 de dezembro de 2022, o que representa um aumento de 158,24%. Esse aumento se deve principalmente pelos seguintes eventos: (i) aumento na aplicação de títulos públicos representados por Letras Financeiras do Tesouro, Notas Financeiras do Tesouro e Letras do Tesouro Nacional de R\$ 1.803.817 em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 5.727.370 mil em 31 de dezembro de 2022; (ii) aumento na aplicação em títulos privados, representados por Certificados de Recebíveis Imobiliários, Certificados de Recebíveis do Agronegócio, Debêntures, Cédula do Produto

Rural e Notas Comerciais de R\$ 635.752 mil em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 1.191.949 mil em 31 de dezembro de 2022; (iii) aumento dos instrumentos derivativos contratados de R\$ 149.852 mil em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 267.367 mil em 31 de dezembro de 2022; (iv) aumento na aplicação em empréstimos ponte, representados por Cédulas de Crédito Imobiliários e Cédulas de Crédito Bancário, de R\$ 56.823 mil em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 237.537 mil em 31 de dezembro de 2022, (v) aumento do saldo de imobilizado de R\$ 4.721 mil em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 46.596 mil em 31 de dezembro de 2022, considerando o registro do novo imóvel locado, em linha com o CPC 06 (R2) – Arrendamentos; (vi) aumento do saldo de intangíveis, de R\$ 5.360 mil em 31 de dezembro de 2021, para R\$ 14.673 mil em 31 de dezembro de 2022, considerando a capitalização de gastos relacionados a plataforma digital.

Passivo

O passivo total era de R\$ 2.280.775 mil em 31 de dezembro de 2021 em comparação com R\$ 7.066.838 mil em 31 de dezembro de 2022, o que representa um aumento de 209,84%. Esse aumento se deve majoritariamente pelos seguintes movimentos: (i) aumento do saldo de recursos oriundas de operações compromissadas de R\$ 1.228.129 em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 4.983.415 mil em 31 de dezembro de 2022; (ii) aumento do saldo de recursos de clientes de R\$ 671.744 mil em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 1.297.012 mil em 31 de dezembro de 2022; (iii) aumento do saldo de recursos de emissão de títulos de R\$ 59.177 mil em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 459.930 mil em 31 de dezembro de 2022; (iv) aumento dos instrumentos financeiros derivativos contratados de R\$ 70.478 mil em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 113.837 mil em 31 de dezembro de 2022; (v) redução do saldo de outros valores a pagar representado, substancialmente, por provisão de dividendos, despesas de pessoal e arrendamento de aluguel a pagar, de R\$ 100.055 mil em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 79.201 mil em 31 de dezembro de 2022 e; (vi) aumento do saldo de passivo fiscal diferido de R\$ 53.084 mil em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 76.016 mil em 31 de dezembro de 2022.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Companhia teve um aumento de 4,82%, passando de R\$ 767.206 mil em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 804.217 mil em 31 de dezembro de 2022. Esse aumento se deve ao aumento de capital social da Companhia através de *follow on*, bem como pelo lucro acumulado referente ao exercício de 2022.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

A seguir, são apresentados os fluxos de caixa da Companhia, relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022.

COMPARAÇÃO ENTRE OS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023.

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em		AH(%)
	2024	2023	
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais	90.174	232.787	-61,26%
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimentos	(2.810)	(8.000)	-64,88%
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamentos	154.552	(68.383)	326,01%

Atividades operacionais

O caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais apresentou uma variação 61,26% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2023, passando de R\$ 232.787 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 para R\$ 90.174 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro 2024

Essa variação ocorreu de forma pulverizada, principalmente pelo aumento dos ativos financeiros e passivos financeiros ao custo amortizado (recurso de operações compromissadas e recursos de emissão de títulos).

Atividades de investimentos

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos apresentou uma variação de 64,88% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, passando de R\$ 8.000 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 para R\$ 2.810 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

A redução na utilização de caixa nas atividades de investimentos está relacionada com as aquisições de ativo imobilizado de uso realizadas durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Atividades de financiamentos

O caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamentos apresentou uma variação positiva no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, passando de R\$ 68.383 mil utilizado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 para R\$154.552 mil gerado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

A variação líquida positiva está relacionada, substancialmente, com as emissões de letras financeiras ocorridas durante o exercício social de 2024.

COMPARAÇÃO ENTRE OS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022.

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em		AH(%)
	2023	2022	
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais	232.787	155.301	49,9%
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimentos	(8.000)	(55.646)	-85,6%
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamentos	(68.383)	(113.447)	39,7%

Atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais ficou positivo em R\$ 232.787 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, cujo caixa líquido utilizado foi de R\$ 155.301.

Essa variação ocorreu principalmente pelo aumento dos ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (títulos públicos, privados e cotas de investimento), ativos financeiros mensurados por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros derivativos.

Atividades de investimentos

O caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimentos apresentou uma variação negativa de 85,6% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, passando de R\$ 55.646 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R\$8.000 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Essa variação ocorreu pela aquisição de imobilizado de uso e intangíveis no período.

Atividades de financiamentos

O caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamentos apresentou uma variação positiva no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, passando de R\$113.447 mil gerado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R\$68.383 mil utilizado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Essa variação ocorreu principalmente pelo aumento de capital na Companhia que ocorreu em 2022 e pelos dividendos pagos em 2023.

COMPARAÇÃO ENTRE OS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021.

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em		AH(%)
	2022	2021	
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais	155.301	(263.481)	159%
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimentos	(55.646)	(3.803)	1.363%
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamentos	(113.447)	333.206	-134%

Atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais ficou positivo em R\$ 155.301 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, cujo caixa líquido utilizado foi de R\$ 263.481 mil.

Em 2022 o fluxo de caixa operacional foi positivo considerando o aumento dos fluxos de caixa gerados por emissões de "Passivos financeiros ao custo amortizado", considerando o ingresso de recursos oriundos de operações compromissadas e emissão de títulos de dívida (LCI, LCA, LF e CDB). Ademais, o lucro líquido em 2022 foi superior ao apurado em 2021, contribuindo na variação positiva dos fluxos de caixa operacionais.

Atividades de investimentos

O caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimentos apresentou um aumento de 1.363% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, passando de R\$ 3.803 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 55.646 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Essa variação ocorreu pela aquisição de imobilizado de uso e intangíveis no período.

Atividades de financiamentos

O caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamentos apresentou uma variação negativa no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, passando de R\$ 333.206 mil gerado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 113.447 mil utilizado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Essa variação ocorreu principalmente pelo aumento de capital na Companhia que ocorreu em 2021 e pelos dividendos pagos em 2022.

2.2 - Resultados operacional e financeiro

(a) resultados das operações da Companhia

Abaixo, a Companhia apresenta as principais linhas de receitas da Companhia compostas por suas quatro grandes linhas de negócio bem como do resultado da conta de Capital e Outros:

Investment Banking e Mercado de Capitais: (a) Investment Banking nesse segmento, a Companhia presta serviços de assessoria financeira a grandes empresas, como fusões & aquisições, reestruturações societárias e de dívida, privatizações, parcerias estratégicas, captação de recursos e assessoria a Conselhos de Administração e Acionistas. A Companhia tem vasta experiência na execução de transações de alta complexidade, como também em privatizações e mandatos de reestruturação.

(b) Mercado de Capitais é o segmento que tem como objetivo fomentar a desintermediação financeira a seus clientes, apurando suas receitas na forma de serviços, através da originação, estruturação e distribuição produtos de dívidas, a exemplo de debêntures, notas promissórias, CRIs e CRAs (Certificado de Recebíveis Imobiliários e do Agronegócio), estruturação e distribuição de fundos imobiliários, entre outros produtos;

Investment Banking e Mercado de Capitais (Em milhares de reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
Total de receitas	352.818	240.678	245.300

Treasury Sales & Structuring: área presta suporte financeiro a base de clientes da Companhia, inclusive com grande sinergia em atender os clientes do Banco de Investimentos e Mercado de Capitais. Na tesouraria, a Companhia busca identificar oportunidades de negócios através de um contato próximo a seus clientes, oferecendo serviços que facilitem a gestão de recursos (ativos e passivos) e reduzam o risco de execução dos negócios dos clientes. Os produtos mais ocorrentes são derivativos de juros, moedas e commodities. Importante ressaltar que a tesouraria é focada na execução de serviços a clientes, sem possuir uma mesa de negociação proprietária e com riscos de exposições muito limitados.

Treasury Sales & Structuring (Em milhares de reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
Total de receitas	88.332	65.101	62.606

Investimentos e Wealth Management: (a) área de Investimentos é responsável pela identificação de oportunidades de investimentos ilíquidos com preferência para ativos

que possam servir de plataforma de aquisição, que tenham perfil de receitas recorrentes e potencial de crescimento na economia brasileira. Atualmente, as principais teses desenvolvidas são o investimento no mercado de shoppings *outlets* no Brasil e o investimento na maior rede varejista Petshops do interior de São Paulo. A Companhia, através de seus fundos, possui participação societária em 4 shoppings outlets e na rede de Petshops, sendo que a maior parte do montante investido vem de recursos de terceiros.

(b) *Wealth Management*: Realiza a assessoria de fortunas por meio da alocação de recursos de investimentos para clientes de alta renda. Sendo assim, faz toda a gestão do patrimônio dos clientes. Atua na gestão de investimentos, riscos, tributária, no planejamento imobiliário, presta serviços de administração e sucessão familiar.

Desse modo, a receita desse segmento é representada pelos *fees* de gestão do FIP Outlet e do FIP Pet, assim como, os *fees* referentes à assessoria de patrimônio dos clientes de *Wealth Management*.

Investimentos e <i>Wealth Management</i> (Em milhares de reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
Total de receitas	12.000	5.968	5.508

Remuneração do Capital: incluem os juros sobre o capital próprio, que é o custo interno de oportunidade para remuneração do patrimônio líquido, normalmente determinado com base no CDI e as receitas de marcação a mercado do FIP Outlet e FIP Pet. Os juros sobre o capital próprio são deduzidos como custos de captação diretamente das respectivas receitas das unidades de negócios de Mercado de Capitais e Crédito Estruturado, *Treasury Sales & Structuring* e Investimentos, as quais podem utilizar esse capital. Por sua vez, essas áreas apresentam seus resultados líquidos dos juros do capital. Além disso, concentra as receitas obtidas com a construção da carteira de crédito em títulos de valores mobiliários e créditos em transição.

Remuneração do Capital (Em milhares de reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
Total de receitas	128.069	124.067	100.090

O quadro abaixo resume o total de receitas da Companhia, por linha de negócio:

Consolidado (Em milhares de reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
<i>Investment Banking +</i> Mercado de Capitais	352.818	240.678	245.300

<i>Treasury Sales & Structuring</i>	88.332	65.101	62.606
Investimentos + <i>Wealth Management</i>	12.000	5.968	5.508
Remuneração do Capital	128.069	124.067	100.090
Total de Receitas	581.219	435.813	413.503

A Companhia registrou total de receitas de R\$ 581.219 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, comparado a R\$ 435.813 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de R\$ 145.407 mil, equivalente a um crescimento de 33,4% comparado ao mesmo período do ano anterior. O crescimento decorre, principalmente, do aumento na linha de Investment Banking + Mercado de Capitais, que cresceu R\$ 112.140 mil no período, o que representa um crescimento de 46,6% em relação a 2023. Esse crescimento é decorrente de um cenário econômico mais favorável para as operações da área.

A Companhia registrou total de receitas de R\$ 435.813 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, comparado a R\$ 413.503 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$ 22.309 mil, equivalente a um crescimento de 5,6% comparado ao mesmo período do ano anterior. O crescimento decorre, principalmente, do aumento na linha de receita de Remuneração do Capital que cresceu R\$ 23.976 mil o que representa um crescimento de 24,8% em relação a 2022. Esse crescimento é fruto do aumento do patrimônio líquido médio e da elevação da Taxa SELIC do período e a expansão da Carteira de Títulos Privados.

Para informações adicionais sobre os segmentos operacionais da Companhia, veja os itens 1.3 e 1.4 deste Formulário de Referência.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Não ocorreram fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

(b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A linha de receita de Remuneração do Capital está diretamente ligada a taxa básica de juros (SELIC) em função do seu rendimento ser fixado ao CDI. Desta forma, a remuneração do capital é beneficiada em momentos de alta da taxa. Nas tabelas abaixo, é possível ver o crescimento deste componente de receita em função do crescimento da Carteira de Títulos Privados e *Bridge Loans* da Companhia, que no final do exercício social encerrado em 31/12/2024 foi de R\$3.136,5 milhões enquanto a Carteira de

Títulos Privados e *Bridge Loans* do exercício social encerrado em 31/12/2022 era de R\$1.504,0 milhões, um crescimento de 108,55% no período.

Remuneração do Capital (Em milhares de reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
Total de receitas	128.069	124.067	100.090

Ao restante das linhas de negócio da Companhia, através da estratégia de buscar a desintermediação financeira de produtos e serviços junto a seus clientes, tem conseguido ampliar o volume e quantidade de operações em suas principais linhas de negócios, como pode ser observado abaixo, sem grandes impactos em relação à oscilação da inflação, câmbio e introdução de novos produtos e serviços.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
Investment Banking			
# Transações	14	25	21
Volume de Transações (R\$ bilhões)	15,9	47,7	44,5
Mercado de Capitais			
# Transações	57	35	43
Volume de Transações (R\$ milhões)	10,5	3,3	5,8
Treasury Sales & Structuring			
Volume de Operações (R\$ bilhões)	74,4	56,4	22,3
Investimentos e Wealth Management			
Ativos sob gestão FIPs (Outlet e Pet) (R\$ mm)	421,3	393,5	377,3
Wealth under Advisory (WuA) (R\$ bilhões)	4,7	2,3	-

(c) impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Nos últimos três exercícios fiscais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, não houve mudanças significativas no comportamento das receitas, insumos e produtos da Companhia, provocado por oscilações da inflação da economia brasileira como também no preço dos serviços oferecidos aos clientes da Companhia. Entretanto, a queda da taxa de juros SELIC entre 2016 e 2020, que migrou de um patamar de 14,25% em 2016 chegando a atingir 2,00% em 2020 foi fundamental para estimular o mercado de assessoria financeira, onde a Companhia está inserida, e possibilitar a expansão da desintermediação financeira a seus clientes, gerando um impacto positivo no resultado financeiro da Companhia, via receitas de prestação de serviços, conforme ilustrado no item 2.1 e 2.2.(a) deste Formulário de Referência.

Com a volta da alta da SELIC no patamar de 13,75 % em 2022, impulsionou o ganho de capital na linha de Outras Receitas ("**Remuneração do Capital**"). Além de ter aquecido a demanda por produtos de renda fixa, apesar do custo elevado da dívida, impactando diretamente o desenvolvimento da área de Mercado de Capitais. Além disso, as oscilações na taxa de câmbio são propícias à manutenção de receitas sólidas na linha de negócios de *Treasury Sales & Structuring*, já que os clientes da Companhia buscam defender seus balanços com base em produtos de derivativos de moedas e operações de hedge a fim de mitigar o risco de descasamento entre passivos e ativos. Outra consequência relevante do aumento das taxas de juros, foi a deterioração dos balanços das empresas fomentando o segmento de *Special Situations & Reestructuring* que atua na reestruturação de empresas que estão enfrentando dificuldades financeiras. No ano de 2023, a taxa de juros iniciou um novo ciclo de queda. Finalizando o ano com um corte de 2 p.p. Beneficiando as empresas que possuem dívidas com taxas mais elevadas a buscarem uma nova solução de financiamento visando taxas menores. Essa busca incentiva o desenvolvimento da área de Mercado de Capitais.

No ano de 2024, a SELIC média permaneceu abaixo do ano anterior, com o valor médio de 10,9% contra 13,3% da média de 2023. Esse alívio monetário favoreceu a área de Mercado de Capitais, com uma demanda alta de investidores por produtos de dívida e empresas buscando financiamento. No entanto, a SELIC no final do ano terminou com um novo ciclo de alta, fechando em 12,25%, um aumento de 0,5 p.p. em comparação ao final de 2023. Esse novo ciclo pode apresentar desafios similares ao último ciclo de alta.

Em se tratando do passivo da Companhia, conforme exposto no item 2.1 deste Formulário de Referência, a Companhia possui alta liquidez e baixa alavancagem, tendo o seu patrimônio líquido como principal componente de seus passivos. Portanto, oscilações abruptas nas taxas de juros e câmbio podem reproduzir um efeito muito limitado nos resultados financeiros da Companhia.

2.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os Diretores da Companhia informam que não houve no último exercício social, a constituição, aquisição ou alienação de participação societária na Companhia.

2.4 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da Companhia informam que não houve a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia no último exercício social.

(b) eventos ou operações não usuais

Os Diretores da Companhia informam que não houve no último exercício social, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

2.5 – Medições não Contábeis

(a) informar o valor das medições não contábeis

Receita com Clientes:

A Receita com Clientes é uma medida não contábil utilizada pela Companhia para calcular o total de receitas provenientes das áreas consideradas de Front-Office, ou seja, os negócios mais relevantes da Companhia. As Receitas com Clientes são calculadas pelo total das Receitas das áreas de Investment Banking e Mercado de Capitais e Gestão de Ativos somadas com o Resultado Líquido de juros e ganhos (perdas) em instrumentos financeiros da área de Treasury Sales & Structuring.

<i>Medições não contábeis</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de:		
	2024	2023	2022
Receita com Clientes (R\$ Mil)	453,2	311,7	313,4

Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE):

Para os anos encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, calculamos o ROE como lucro líquido do ano dividido pelo nosso patrimônio líquido médio do ano, expresso como uma porcentagem. Calculamos o patrimônio líquido médio, por sua vez, como a soma do patrimônio líquido do final do ano mais o patrimônio líquido do final do ano anterior dividido por dois.

Seguem abaixo os valores do ROE nos três últimos exercícios sociais. O ROE aumentou em 5,1 pontos percentuais entre 2022 e 2024.

<i>Medições não contábeis</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de:		
	2024	2023	2022
ROE (%)	23,8	19,1	18,7

Índice de Eficiência:

O Índice de Eficiência é uma medição não contábil utilizada pela Companhia e consiste no resultado da entre a soma (i) das Despesas de Pessoal; (ii) das Despesas Administrativas subtraída pela (iii) Despesas com Serviços de Terceiros dividida pela soma das (iii) Despesas com Serviços de Terceiros (iv) Total de Receitas da Companhia; (v) Despesas Tributárias; (vi) Outras Despesas. A Companhia destaca que o Índice de Eficiência não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Seguem abaixo os valores do Índice de Eficiência nos três últimos exercícios sociais. O Índice de Eficiência aumentou 10,1 pontos percentuais entre 2022 e 2024.

<i>Medições não contábeis</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de:		
	2024	2023	2022
Índice de Eficiência (%)	44,8	45,5	34,7

Índice de Remuneração:

O Índice de Remuneração é uma medição não contábil elaborada pela Companhia que corresponde a razão entre as Despesas de Pessoal e o Total de Receitas da Companhia. É importante ressaltar que o Índice de Remuneração não contempla os dividendos pagos aos Sócios-Administradores.

Seguem abaixo os valores do Índice de Remuneração nos três últimos exercícios sociais. O índice de remuneração aumentou em 4,2 pontos percentuais entre 2022 e 2024.

<i>Medições não contábeis</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de:		
	2024	2023	2022
Índice de Remuneração (%)	24,8	28,1	20,6

Margem Líquida:

A Margem Líquida é uma medição não contábil elaborada pela Companhia que consiste na divisão do lucro líquido pelo Total de Receitas da Companhia. A Companhia destaca que a Margem Líquida não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Seguem abaixo os valores da Margem Líquida nos três últimos exercícios sociais. A Margem Líquida diminuiu em 2,3 pontos percentuais entre 2022 e 2024.

<i>Medições não contábeis</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de:		
	2024	2023	2022
Margem Líquida (%)	33,3	35,6	35,6

Carteira de Crédito Expandida do BR Partners Banco de Investimentos S.A.:

A Carteira de crédito expandida considera os títulos corporativos, Cotas de Fundo de Investimento em Direito Creditórios (FIDCs) e as Operações de Crédito (Empréstimos 2.682). Abaixo, a Companhia demonstra a evolução de sua carteira de crédito expandida:

R\$ milhões	Em 31 de dezembro de:		
	2024	2023	2022
Carteira de Crédito Expandida	3.136,5	2.127,4	1.504,0

(b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Receita com Clientes:

R\$ milhões	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de:		
	2024	2023	2022
Investment Banking e Mercado de Capitais	352,8	240,7	245,3
Treasury Sales & Structuring	88,3	65,1	62,6
Gestão de Ativos	12,0	6,0	5,5
Receita com Clientes (R\$ Mil)	453,2	311,7	313,4

Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE):

R\$ milhões	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de:		
	2024	2023	2022
Lucro Líquido (R\$ milhões) (a)	193,7	155,1	147,1
Patrimônio Líquido Médio (R\$ milhões) (b)	812,7	812,5	785,7
ROE (%) (a/b)	23,8	19,1	18,7

Índice de Eficiência:

R\$ milhões	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de:		
	2024	2023	2022
Despesas de Pessoal (a)	(143,9)	(122,5)	(85,3)
Despesas Administrativas* (b)	(136,7)	(72,0)	(53,7)
Despesas com serviços de terceiros ©	(85,1)	(27,7)	(15,2)
Total de Receitas (d)	581,2	435,8	413,5

Despesas Tributárias (e)	(45,1)	(36,7)	(39,1)
Outras Despesas (f)	(15,3)	(4,8)	(2,1)
Índice de Eficiência (%) ((a+b-c)/(c+d+e+f))*-1	44,8	45,5	34,7

*Despesas Administrativas representa a soma das Despesas Administrativas e da Reversão de Despesas Administrativas

Índice de Remuneração:

R\$ milhões	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de:		
	2024	2023	2022
Despesas de pessoal (a)	(143,9)	(122,5)	(85,3)
Total de Receitas (b)	581,2	435,8	413,5
Índice de Remuneração (%) (a/b)	24,8	28,1	20,6

Margem Líquida:

R\$ milhões	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de:		
	2024	2023	2022
Lucro Líquido (a)	193,7	155,1	147,1
Total de Receitas (b)	581,2	435,8	413,5
Margem Líquida (%) (a/b)	33,3	35,6	35,6

Carteira de Crédito Expandida do BR Partners Banco de Investimentos S.A.:

R\$ milhões	Em 31 de dezembro de:		
	2024	2023	2022
Títulos Corporativos	1.469,2	1.449,0	1.191,9
Cotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	1.320,0	478,3	74,5
Empréstimos 2.682	347,3	200,0	237,5
Carteira de Crédito Expandida	3.136,5	2.127,4	1.504,0

(c) motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Receita com Clientes:

A Companhia considera que a Receita com Clientes é um meio de mensurar a receita proveniente das linhas de negócio que resultam de uma entrega à algum cliente. Sendo assim, é a maneira de conseguir calcular o desempenho dessa modalidade de receita.

Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE):

A Companhia entende que o ROE é um indicador amplamente utilizado por analistas e investidores da indústria financeira, sendo um indicador da rentabilidade da Companhia em determinado período, uma vez que apura o percentual de retorno (lucro) em relação ao capital próprio da Companhia em determinado período.

Índice de Eficiência:

O Índice de Eficiência é um indicador utilizado por analistas e investidores da indústria financeira e pela administração que indica o quão eficiente a Companhia é em relação à sua geração de receitas e manutenção das despesas. Desta forma, quanto menor o *ratio*, melhor o indicador, já que quanto mais receita a Companhia é capaz de gerar a um menor custo, melhor a sua eficiência.

Índice de Remuneração:

O Índice de Remuneração é uma medida muito utilizada por investidores, analistas e pela administração para empresas focadas em serviços de assessoria financeira, como no caso de controladas da Companhia. Geralmente, empresas do setor costumam pagar remunerações mais elevadas em função da receita gerada por determinadas áreas ou pessoas. Esse índice permite que o investidor acompanhe se o percentual dos salários dos administradores, em função da receita gerada, é ou não desproporcional

Margem Líquida:

A Companhia acredita que a margem líquida é uma medição não contábil adequada uma vez que indica o grau de eficiência da Companhia, ao comparar o lucro líquido contábil em função do Total de Receitas, evidenciando o percentual do total de receitas que resultou em lucro líquido.

Carteira de Crédito Expandida do BR Partners Banco de Investimentos S.A.:

A Carteira de Crédito Expandida do BR Partners Banco de Investimento S.A., subsidiária da Companhia, é uma métrica que considera os títulos de renda fixa que foram estruturados pela área de Mercado de Capitais que foram comprados pela subsidiária. É uma medição adequada para mostrar a evolução do portfólio de títulos e empréstimos que impactam as Resultado líquido de juros e ganhos (perdas) em instrumentos financeiros da área de Mercado de Capitais.

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Os Diretores da Companhia informam que não houve no último exercício social, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

2.7 - Política de destinação dos resultados

	2024	2023	2022
a. regras sobre retenção de lucros	Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia adotava como política de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações, autorizando a assembleia geral a, por proposta da administração, deliberar reter parcela de lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado pela assembleia geral. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia detinha, além das reservas obrigatórias previstas na legislação, uma reserva estatutária de investimentos destinada a prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, investimentos em atividades relacionadas com o	Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia adotava como política de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações, autorizando a assembleia geral a, por proposta da administração, deliberar reter parcela de lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado pela assembleia geral. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia detinha, além das reservas obrigatórias previstas na legislação, uma reserva estatutária de investimentos destinada a prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, investimentos em atividades relacionadas com o	Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia adotava como política de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações, autorizando a assembleia geral a, por proposta da administração, deliberar reter parcela de lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado pela assembleia geral. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia detinha, além das reservas obrigatórias previstas na legislação, uma reserva estatutária de investimentos destinada a prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, investimentos em atividades relacionadas com o

	2024	2023	2022
	objeto social da Companhia e/ou o pagamento de dividendos futuros aos acionistas ou suas antecipações	objeto social da Companhia e/ou o pagamento de dividendos futuros aos acionistas ou suas antecipações	objeto social da Companhia e/ou o pagamento de dividendos futuros aos acionistas ou suas antecipações
a.i. valores das retenções de lucros	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não realizou retenções em seu lucro líquido, tendo destinado: (i) 5% do lucro líquido à constituição de reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, no valor de R\$9.683 mil; (ii) 86,53% do lucro líquido à distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia, no valor de R\$167.575 mil; e (iii) 8,90% do lucro líquido à constituição de reservas para expansão e investimentos, no valor de R\$ 16.412 mil.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não realizou retenções em seu lucro líquido, tendo destinado: (i) 5% do lucro líquido à constituição de reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, no valor de R\$7.754 mil; (ii) 77,18% do lucro líquido à distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia, no valor de R\$119.695 mil; e (iii) 17% do lucro líquido à constituição de reservas para expansão e investimentos, no valor de R\$ 27.634 mil.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não realizou retenções em seu lucro líquido, tendo destinado: (i) 5% do lucro líquido à constituição de reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, no valor de R\$7.355 mil; (ii) 49% do lucro líquido à distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia, no valor de R\$72.447 mil; e (iii) 46% do lucro líquido à constituição de reservas para expansão e investimentos, no valor de R\$ 67.298 mil.
a.ii. percentuais em relação aos lucros totais declarados	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia destinou 8,90% de seu lucro líquido para reservas	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia destinou 17% de seu lucro líquido para reservas	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia destinou 46% de seu lucro líquido para reservas

	2024	2023	2022
	para expansão e investimentos. Além disso, a Companhia destinou: (i) 5% de seu lucro à reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) 25% aos acionistas em forma de dividendo mínimo obrigatório.	para expansão e investimentos. Além disso, a Companhia destinou: (i) 5% de seu lucro à reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) 25% aos acionistas em forma de dividendo mínimo obrigatório.	para expansão e investimentos. Além disso, a Companhia destinou: (i) 5% de seu lucro à reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) 25% aos acionistas em forma de dividendo mínimo obrigatório.
b. regras sobre distribuição de dividendos	Em 31 de dezembro de 2024, o estatuto social da Companhia previa que os acionistas teriam direito de receber como dividendo obrigatório, naquele exercício, quantia equivalente a, no mínimo, 25% do Lucro Líquido Ajustado. Considera-se Lucro Líquido Ajustado, aquele definido no Artigo 191 da Lei das S.A., diminuído ou acrescido dos valores previstos no inciso I do Artigo 202 da Lei das S.A. e observadas as disposições do inciso II e III do mesmo artigo, conforme aplicável.	Em 31 de dezembro de 2023, o estatuto social da Companhia previa que os acionistas teriam direito de receber como dividendo obrigatório, naquele exercício, quantia equivalente a, no mínimo, 25% do Lucro Líquido Ajustado. Considera-se Lucro Líquido Ajustado, aquele definido no Artigo 191 da Lei das S.A., diminuído ou acrescido dos valores previstos no inciso I do Artigo 202 da Lei das S.A. e observadas as disposições do inciso II e III do mesmo artigo, conforme aplicável.	Em 31 de dezembro de 2022, o estatuto social da Companhia previa que os acionistas teriam direito de receber como dividendo obrigatório, naquele exercício, quantia equivalente a, no mínimo, 25% do Lucro Líquido Ajustado. Considera-se Lucro Líquido Ajustado, aquele definido no Artigo 191 da Lei das S.A., diminuído ou acrescido dos valores previstos no inciso I do Artigo 202 da Lei das S.A. e observadas as disposições do inciso II e III do mesmo artigo, conforme aplicável.

	2024	2023	2022
c. periodicidade das distribuições de dividendos	Em 31 de dezembro de 2024, a política de distribuição de dividendos da Companhia garantia aos acionistas a distribuição anual de dividendos. Sem prejuízo, o conselho de administração poderia declarar dividendos intermediários, trimestralmente ou em períodos mais longos, à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros, apurados em demonstrações financeiras anuais ou semestrais, os quais seriam considerados antecipação do dividendo obrigatório previsto no estatuto social. O conselho de administração poderia, ainda, determinar o levantamento de balanços mensais ou trimestrais e declarar dividendos intercalares com base nos lucros então apurados, observadas as limitações legais.	Em 31 de dezembro de 2023, a política de distribuição de dividendos da Companhia garantia aos acionistas a distribuição anual de dividendos. Sem prejuízo, o conselho de administração poderia declarar dividendos intermediários, trimestralmente ou em períodos mais longos, à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros, apurados em demonstrações financeiras anuais ou semestrais, os quais seriam considerados antecipação do dividendo obrigatório previsto no estatuto social. O conselho de administração poderia, ainda, determinar o levantamento de balanços mensais ou trimestrais e declarar dividendos intercalares com base nos lucros então apurados, observadas as limitações legais.	Em 31 de dezembro de 2022, a política de distribuição de dividendos da Companhia garantia aos acionistas a distribuição anual de dividendos. Sem prejuízo, o conselho de administração poderia declarar dividendos intermediários, trimestralmente ou em períodos mais longos, à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros, apurados em demonstrações financeiras anuais ou semestrais, os quais seriam considerados antecipação do dividendo obrigatório previsto no estatuto social. O conselho de administração poderia, ainda, determinar o levantamento de balanços mensais ou trimestrais e declarar dividendos intercalares com base nos lucros então apurados, observadas as limitações legais.
d. eventuais restrições à distribuição de dividendos	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo

	2024	2023	2022
impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.
e. política de destinação de resultados	Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados. A deliberação social a respeito da distribuição de dividendos referente a este exercício foi aprovada por unanimidade pelos acionistas da Companhia.	Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados. A deliberação social a respeito da distribuição de dividendos referente a este exercício foi aprovada por unanimidade pelos acionistas da Companhia.	Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados. A deliberação social a respeito da distribuição de dividendos referente a este exercício foi aprovada por unanimidade pelos acionistas da Companhia.

2.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

(iv) contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores informam que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

2.9 - Itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

(b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

2.10 - Plano de negócios

(a) investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, os gastos foram relacionados a benfeitorias em imóveis de terceiros 4%, hardware 6%, móveis 2% e Plataforma Digital 88%.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, os gastos foram relacionados a investimentos em Móveis 1%, hardware 11% e intangíveis referentes Plataforma Digital 88%.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, os gastos foram relacionados a investimentos em hardware 34% (reflexo da implementação da plataforma digital) e benfeitorias em imóveis de terceiros 66%.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia conta com o capital próprio para o financiamento de investimentos, bem como o capital de terceiros, conforme descrito no item 10.1 (b) deste Formulário de Referência.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de negócios, tampouco desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que não houve a aquisição de quaisquer plantas, equipamentos ou outros ativos que possam influenciar de maneira significativa a capacidade produtiva da Companhia.

(c) novos produtos e serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

(ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

(iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

(d) oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia relacionadas a questões ASG

Não aplicável, tendo em vista que não há, atualmente, quaisquer oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia estritamente relacionadas a questões ASG.

2.11 - Outros fatores com influência relevante

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não houve fatores com influências relevantes significativos na forma de condução dos negócios da Companhia.

**ANEXO II – PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO SOCIAL
ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

(nos termos do Anexo A da Resolução da CVM nº 81/22)

1 Informar o lucro líquido do exercício

A Companhia auferiu lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 no valor de R\$ 193.669.836,22 ("**Lucro Líquido**").

2 Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

O montante global dos dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 proposto pela administração da Companhia é de **R\$ 167.574.599,27**, ou R\$ 0,53 por ação de emissão da Companhia ou R\$1,59 por Unit. Este montante compreende (a) os dividendos mínimos obrigatórios de 25% do Lucro Líquido ajustado após a destinação para a reserva legal ("**Lucro Líquido Ajustado**"), no valor de R\$ 45.996.586,10, e (b) dividendos adicionais de 66,1% do Lucro Líquido Ajustado, no valor de R\$ 121.578.013,17, conforme abaixo:

Descrição	Data de Pagamento	Montante	Valor por Ação	Valor por Unit	% Lucro Líquido	% Lucro Líquido Ajustado
Dividendos intercalares à conta de reserva de lucros constituída em exercício anterior (RCA de 09/05/2024)	09/05/2024	R\$31.498.711,20	R\$0,10	R\$0,30	16,26%	17,12%
<i>Dividendos mínimos obrigatórios</i>	09/05/2024	R\$31.498.711,20	-	-	16,26%	17,12%
Dividendos intermediários - lucros acumulados (RCA de 08/08/2024)	08/08/2024	R\$31.498.711,20	R\$0,10	R\$0,30	16,26%	17,12%
<i>Dividendos mínimos obrigatórios</i>	08/08/2024	R\$17.000.836,30	-	-	8,78%	9,24%
<i>Dividendos Adicionais</i>	08/08/2024	R\$14.497.874,90	-	-	7,49%	7,88%
Dividendos intercalares	07/11/2024	R\$47.248.066,80	R\$0,15	R\$0,45	24,40%	25,68%

adicionais - lucros acumulados (RCA de 07/11/2024)						
Dividendos extraordinários – Lucros acumulados (RCA 27/11/2024)	27/11/2024	R\$ 38.429.883,35	R\$ 0,12	R\$ 0,36	19,84%	20,89%
Dividendos Adicionais (AGOE)	Até 30 dias após a AGOE	R\$18.899.226,72	R\$0,06	R\$0,18	9,76%	10,27%
Total de Dividendos 2024	-	R\$167.574.599,27	R\$0,53	R\$1,59	86,53%	91,08%

3 Percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Os dividendos declarados e propostos referentes ao resultado do exercício social de 2024, no montante de **R\$167.574.599,27**, incluem (a) dividendos intermediários pagos antecipadamente, imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, no valor de R\$148.675.372,55; e (b) dividendos adicionais propostos a serem deliberados pela AGOE no valor de R\$18.899.226,72, correspondem a 91,1% do Lucro Líquido Ajustado.

4 Montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Os dividendos declarados e pagos à conta de reserva de lucros constituída em exercício anterior, no montante de **R\$43.466.765,77** (RCA de 27/11/2024), correspondem a R\$0,14 por ação e R\$0,42 por *unit* de emissão da Companhia.

5 Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

(a) O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Dividendos	Valor por Ação Preferencial ou Ordinária	Valor por Unit	Valor total
Dividendos mínimos obrigatórios	N/A. Dividendos mínimos integralmente antecipados	N/A. Dividendos mínimos integralmente antecipados	N/A. Dividendos mínimos integralmente antecipados

Dividendos adicionais	R\$0,06	R\$0,18	R\$18.899.226,72
-----------------------	---------	---------	------------------

(b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

A administração propõe que os dividendos adicionais a serem deliberados pela AGOE no valor de R\$18.899.226,72 sejam pagos em até 30 (trinta) dias a contar da data de realização da AGOE, à vista por meio de crédito em conta corrente.

(c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos declarados não renderão juros nem serão corrigidos monetariamente.

(d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Farão jus aos dividendos adicionais a serem deliberados na AGOE os acionistas da Companhia registrados como tal em 27 de março de 2025, inclusive.

6 Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

(a) informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados;

Descrição	Montante	Valor por Ação Ordinária	Valor por Ação Preferencial	Valor por Unit
Dividendos intercalares, deliberados pelo Conselho de Administração em 09.05.2024	R\$31.498.711,20	R\$0,10	R\$0,10	R\$0,30
Dividendos intermediários referentes ao lucro do 2º trimestre do exercício social de 2024, deliberados pelo Conselho de Administração em 08.08.2024	R\$31.498.711,20	R\$0,10	R\$0,10	R\$0,30

Dividendos intercalares à conta de reserva de investimentos, deliberados pelo Conselho de Administração em 07.11.2024	R\$ 47.248.066,80	R\$0,15	R\$0,15	R\$0,45
---	-------------------	---------	---------	---------

(b) informar a data dos respectivos pagamentos

1. R\$31.498.711,20, referentes aos dividendos intercalares deliberados pelo Conselho de Administração em 09 de maio de 2024 foram pagos em 28 de maio de 2024.
2. R\$31.498.711,20 referentes aos dividendos intermediários deliberados pelo Conselho de Administração em 08 de agosto de 2024 foram pagos em 29 de agosto de 2024.
3. R\$ 47.248.066,80 referentes aos dividendos intercalares deliberados pelo Conselho de Administração em 07 de novembro de 2024 foram pagos em 26 de novembro de 2024.

7 Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe

(a) lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2024	2023	2022	2021
Lucro (prejuízo) por ação ordinária	0,61	0,49	0,47	0,44
Lucro (prejuízo) por ação preferencial	0,61	0,49	0,47	0,44
Lucro (prejuízo) por Unit	1,83	1,47	1,41	1,32

(b) dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2024	2023	2022	2021
Dividendos e juros sobre capital próprio por ação ordinária ^(*)	0,67	0,38	0,29	0,27

Dividendos e juros sobre capital próprio por ação preferencial ^(*)	0,67	0,38	0,29	0,27
Dividendos e juros sobre capital próprio por Unit ^(*)	2,01	1,14	0,87	0,81

(*) Considera o valor bruto declarado de juros sobre capital próprio, se aplicável.

8 Havendo destinação de lucros à reserva legal:

(a) Identificar o montante destinado a reserva legal

A administração da Companhia propõe a destinação de R\$9.683.491,81 para a reserva legal, valor este que corresponde a 5% do Lucro Líquido.

(b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Cálculo da reserva legal:

(1) Lucro Líquido: R\$193.669.836,22

(2) Percentual: 5,0%

(3) Reserva legal (1) x (2) = R\$9.683.491,81.

9 Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos: (a) descrever a forma de cálculo dos dividendos fixos ou mínimos; (b) informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos; (c) identificar se eventual parcela não paga é cumulativa; (d) identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais; e (e) identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável, tendo em vista que as ações preferenciais de emissão da Companhia não conferem direito a dividendos fixos ou mínimos.

10 Em relação ao dividendo obrigatório:

(a) Descrever a forma de cálculo prevista no Estatuto Social

Nos termos do artigo 32 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas terão direito a um dividendo obrigatório não cumulativo correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme definido no artigo 191 da Lei das Sociedades por Ações, diminuído ou acrescido dos valores previstos no inciso I do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e observadas as disposições do inciso II e III do mesmo artigo, conforme aplicável.

(b) Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim.

(c) Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável, uma vez que a administração da Companhia não está propondo a retenção do dividendo obrigatório.

11 Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia: (a) informar o montante da retenção; (b) descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da Companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos; e (c) justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável, uma vez que a administração da Companhia não está propondo a retenção do dividendo obrigatório.

12 Destinação de resultado para reserva de contingências: (a) identificar o montante destinado a reserva; (b) identificar a perda considerada provável e sua causa; (c) explicar porque a perda foi considerada provável; e (d) justificar a constituição da reserva

Não aplicável, uma vez que a administração da Companhia não está propondo a destinação de resultado para a reserva de contingências.

13 Destinação de resultado para reserva de lucros a realizar: (a) informar o montante destinado a reserva de lucros a realizar; e (b) informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável, uma vez que a administração da Companhia não está propondo a destinação de resultado para a reserva de lucros a realizar.

14 Destinação de resultado para reservas estatutárias

(a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Após as destinações do artigo 32 do Estatuto Social da Companhia, o saldo remanescente poderá, conforme deliberado pela Assembleia Geral Ordinária com base em proposta da administração, ser destinado, total ou parcialmente, à Reserva de Investimentos de que trata o Parágrafo 2º do artigo 32 ou ser retido, total ou parcialmente, nos termos de orçamento de capital, na forma do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. Os lucros não destinados na forma da lei e do Estatuto Social deverão ser distribuídos como dividendos, nos termos do artigo 202, §6º, da Lei das Sociedades por Ações.

A reserva de investimentos está prevista nos parágrafos 1º e 2º do artigo 32 do Estatuto Social, a saber:

***"Artigo 32, §1º.** Após as destinações de que tratam o caput do artigo 32, o saldo remanescente poderá, conforme deliberado pela Assembleia Geral Ordinária com base em proposta da administração, ser destinado, total ou*

parcialmente, à Reserva de Investimentos de que trata o Parágrafo 2º abaixo ou ser retido, total ou parcialmente, nos termos de orçamento de capital, na forma do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. Os lucros não destinados na forma da lei e deste Estatuto Social deverão ser distribuídos como dividendos, nos termos do artigo 202, §6º, da Lei das Sociedades por Ações.

§2º. *A Reserva de Investimentos tem o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da Companhia e/ou o pagamento de dividendos futuros aos acionistas ou suas antecipações. A parcela anual dos lucros líquidos destinada à Reserva de Investimento será determinada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, com base em proposta da administração, obedecendo às destinações determinadas neste artigo 32, sendo certo que a proposta ora referida levará em conta as necessidades de capitalização da Companhia e as demais finalidades da Reserva de Investimentos. O limite máximo da Reserva de Investimentos será aquele estabelecido no artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações. Quando a Reserva de Investimentos atingir seu limite máximo, ou sempre que a administração da Companhia entender que o saldo da Reserva de Investimentos excede o necessário para cumprir sua finalidade, a Assembleia Geral ou o Conselho de Administração, conforme o caso, poderá determinar sua aplicação total ou parcial na integralização ou aumento do capital social ou na distribuição de dividendos, na forma do artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações.”*

(b) Identificar o montante destinado a reserva

O montante global a ser destinado à Reserva de Investimentos referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 proposto pela administração da Companhia é de R\$16.411.745,14, correspondente a 10,58% do Lucro Líquido.

(c) Descrever como o montante foi calculado

Cálculo o montante destinado à Reserva de Investimentos:

(1) Lucro Líquido: R\$193.669.836,22

(2) Percentual: 10,58%

(3) Montante destinado à Reserva de Investimentos **(1) x (2) =**
R\$16.411.745,14

15 Retenção de lucros prevista em orçamento de capital: (a) identificar o montante da retenção; e (b) fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável, uma vez que a administração da Companhia não está propondo a retenção de lucros.

16 Destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais: a. informar o montante destinado a reserva; e b. explicar a natureza da destinação

Não aplicável, uma vez que a administração da Companhia não está propondo a destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais.

ANEXO III – INFORMAÇÕES DA SEÇÃO 8 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(conforme artigo 13, inciso II, da Resolução da CVM nº 81/22)

8.1 - Política ou prática de remuneração

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A Companhia não possuía uma política de remuneração vigente no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Em 20 de julho de 2020, em reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a política de remuneração da Companhia, revisada de tempos em tempos pelo Comitê de Pessoas e Remuneração da Companhia ("**Política de Remuneração**"). A Companhia optou por não divulgar sua Política de Remuneração.

A Política de Remuneração estabelece as diretrizes que devem ser observadas quanto à remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, dos membros do Conselho Fiscal (quando instalado) e demais funcionários da Companhia e suas controladas. Destaca-se na Política de Remuneração que: (i) o *pro labore* de qualquer Administrador da Companhia e/ou suas controladas será determinado pelo Comitê de Remuneração e (ii) o salário inicial mensal máximo para contratação de qualquer funcionário da Companhia e/ou suas controladas será de R\$ 25.000,00.

Os objetivos da Política de Remuneração são:

- (i) medir e gerenciar o desempenho individual de cada membro da administração da Companhia, suas controladas e bem como os colaboradores da Companhia e suas controladas, em linha com as estratégias e objetivos da Companhia; e
- (ii) assegurar a qualidade e comprometimento dos membros da administração da Companhia e suas controladas, bem como os colaboradores da Companhia e suas controladas, garantindo bons níveis de atração, retenção e motivação, e aumentando assim, a participação na criação de valor para o Grupo BR Partners.

Adicionalmente, a Política de Remuneração da Companhia estabelece como teto anual de remuneração total de administradores e empregados o percentual de 30% do Índice de Remuneração do ano.

(b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

- (i) órgãos e comitês que participam do processo decisório e de que forma participam**

O Conselho de Administração tem por objetivo estabelecer as políticas e diretrizes de remuneração dos Conselheiros e Diretores da Companhia, de suas controladas e dos demais funcionários do grupo econômico da Companhia, tendo por base as metas de desempenho estabelecidas pelo Conselho de Administração e/ou pelos gestores das controladas da Companhia, conforme aplicável. O Conselho de Administração é responsável pela supervisão, implementação, operacionalização e revisão da Política de Remuneração, regendo suas atividades e funções segundo os termos e condições fixados pela legislação e regulamentação aplicáveis. Assim sendo, o Conselho de Administração deve:

- i. revisar anualmente a Política de Remuneração, visando garantir, entre outras coisas, que a política esteja compatível com a estrutura de gerenciamento de riscos, estratégia e valores da Companhia, recomendando a sua correção ou aprimoramento;
- ii. propor anualmente o montante da remuneração global dos administradores da Companhia, a ser submetido à assembleia geral ordinária, na forma do art. 152 da Lei nº 6.404/76;
- iii. avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a Política de Remuneração;
- iv. analisar a política de remuneração de administradores das controladas da Companhia em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação ao mercado, propondo os ajustes necessários; e
- v. zelar para que a Política de Remuneração e as políticas de remuneração de suas controladas esteja permanentemente compatível com a política de gestão da Companhia, com as metas e a situação financeira atual e futura da Companhia e suas controladas;

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual

A remuneração dos Administradores é estabelecida de acordo com pesquisas de mercado e desempenho individual, em conformidade com o princípio de alinhamento dos interesses dos próprios administradores aos interesses da Companhia.

Indicadores de desempenho previamente acordados são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração dos administradores, basicamente estabelecidos através de metas pessoais de acordo com a escala de competências e resultados utilizada pela organização.

Além da avaliação com relação ao cumprimento de suas metas específicas, cada administrador também é avaliado em relação aos princípios adotados pela Companhia:

- i.foco estratégico;

ii.pessoas (espírito de *partnership*, trabalho em equipe, *hard-working* e *hands-on*, desenvolvimento de talentos);

iii.gestão por desempenho (meritocracia, empreendedorismo, excelência e foco no resultado e nos custos).

O cálculo da remuneração leva em consideração os valores de remuneração praticados pelo mercado e o nível de competitividade da Companhia e suas controladas, a qualificação profissional e a capacitação técnica do administrador.

O acompanhamento das remunerações praticadas no mercado dar-se-á por meio de pesquisa salarial em instituições do mesmo porte e com o mesmo foco de atuação das controladas da Companhia, utilizando como elemento informador para decisões internas a variação percentual da remuneração das diversas características administrativas da organização (ex. diretor, membro do conselho de administração, etc.).

(iii) frequência e forma de avaliação do conselho de administração para adequação da política de remuneração

O Conselho de Administração revisa anualmente a Política de Remuneração, recomendando, quando necessário, a sua correção ou aprimoramento.

(c) composição da remuneração

(i) descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração

Diretoria

A remuneração dos membros da Diretoria estatutária da Companhia e a remuneração dos membros da diretoria não estatutária é atualmente composta por uma remuneração fixa, bem como uma remuneração variável, sujeita ao atingimento de metas individuais e coletivas, e uma remuneração baseada em ações, conforme descrita no item 8.4 deste Formulário de Referência.

Remuneração fixa da Diretoria

A remuneração fixa da Diretoria estatutária, bem como da diretoria não estatutária compreende: (i) salário ou *pro labore* base, que tem como objetivo remunerar os serviços prestados, em conformidade com as condições gerais do mercado; e (ii) benefícios gerais de assistência médica, vale refeição, vale alimentação, que tem como objetivo oferecer um pacote de benefícios atrativo, adequado às condições gerais do mercado.

Remuneração variável da Diretoria

A remuneração variável da Diretoria estatutária, bem como da diretoria não estatutária compreende o pagamento de bônus aos executivos, que possui como objetivo direcionar as ações destes executivos ao cumprimento dos planos estratégicos da Companhia ou de suas controladas no curto prazo, visando atender aos interesses de seus investidores, de seus clientes e demais stakeholders da Companhia, sujeitando-se ao atingimento de metas individuais e coletivas.

Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é atualmente composta por uma remuneração fixa, bem como uma remuneração variável.

Remuneração fixa do Conselho de Administração

A remuneração fixa do Conselho de Administração compreende o pró-labore base, que tem como objetivo remunerar os serviços prestados, em conformidade com as condições gerais do mercado.

Remuneração variável do Conselho de Administração

A remuneração variável do Conselho de Administração compreende o pagamento de bônus aos membros do Conselho de Administração, que possui como objetivo direcionar as ações destes executivos ao cumprimento dos planos estratégicos da Companhia e/ou de suas controladas, visando atender aos interesses de seus investidores, de seus clientes e demais stakeholders da Companhia, segundo os resultados da Companhia.

A tabela abaixo apresenta a proporção de cada elemento na composição da remuneração total nos três últimos exercícios sociais:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024				
% em relação à remuneração total				
	Salário Base	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	100%
Diretoria	86%	14%	0%	100%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%	0%

Alguns membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia foram parcialmente remunerados pela Companhia no exercício social de 2024. Tais membros também ocuparam cargos de administração nas controladas da Companhia no mesmo período e receberam uma parte de sua remuneração diretamente de tais controladas. A tabela acima compreende os valores pagos pela Companhia e suas controladas. Alguns membros do Conselho de Administração também são membros da Diretoria, sendo que a remuneração de tais membros encontra-se computada na remuneração do Conselho de Administração.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023				
% em relação à remuneração total				

	Salário Base	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	100%
Diretoria	79%	21%	0%	100%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%	0%

Alguns membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia foram parcialmente remunerados pela Companhia no exercício social de 2023. Tais membros também ocuparam cargos de administração nas controladas da Companhia no mesmo período e receberam uma parte de sua remuneração diretamente de tais controladas. A tabela acima compreende os valores pagos pela Companhia e suas controladas. Alguns membros do Conselho de Administração também são membros da Diretoria, sendo que a remuneração de tais membros encontra-se computada na remuneração do Conselho de Administração.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022				
% em relação à remuneração total				
	Salário Base	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	100%
Diretoria	71%	29%	0%	100%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%	0%

Alguns membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia foram parcialmente remunerados pela Companhia no exercício social de 2022. Tais membros também ocuparam cargos de administração nas controladas da Companhia no mesmo período e receberam uma parte de sua remuneração diretamente de tais controladas. Alguns membros do Conselho de Administração também são membros da Diretoria, sendo que a remuneração de tais membros encontra-se computada na remuneração do Conselho de Administração.

- **Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração**

O Conselho de Administração será o órgão responsável pela avaliação dos reajustes. A fim de estabelecer a remuneração dos membros da Diretoria estatutária, da diretoria não estatutária e do Conselho de Administração, são realizadas, pelo Conselho de Administração, pesquisas de mercado periódicas para avaliar se os critérios e condições relativos à remuneração oferecida são satisfatórios e se eles permitem o cumprimento dos objetivos de cada componente da remuneração dos referidos órgãos, conforme descrito no item (i) acima. A partir desta pesquisa e com base nas políticas de remuneração e planos de incentivo da Companhia, o Conselho de Administração estabelecerá os valores da remuneração dos órgãos da Companhia e sua respectiva atualização periódica, quando julgar necessário. Adicionalmente à análise da movimentação salarial do mercado apresentada pelas pesquisas salariais e de benefícios, conforme acima descrito, os valores da remuneração da administração da Companhia poderão ser reajustados conforme índices oficiais de inflação.

- **Principais indicadores de desempenho nele levados em consideração**

Conselho de Administração:

Os indicadores de desempenho levados em consideração na determinação da remuneração dos membros do Conselho de Administração, tanto fixa, quanto variável, quando for o caso, são basicamente estabelecidos através do alcance das metas pessoais de acordo com a escala de competências e resultados utilizada pela organização, sendo levados em consideração os seguintes critérios: (i) foco estratégico (foco no cliente, presença e pensamento global de longo prazo); (ii) pessoas (*partnership*, trabalho em equipe, *hard-working* e *hands-on*, desenvolvimento de talentos); (iii) gestão por desempenho (meritocracia, empreendedorismo, excelência e foco no resultado e nos custos); e (iv) cumprimento de metas.

Diretoria:

Os indicadores de desempenho levados em consideração na determinação da remuneração dos membros da Diretoria, tanto fixa, quanto variável, quando for o caso, são basicamente estabelecidos através do alcance das metas pessoais de acordo com a escala de competências e resultados utilizada pela organização, sendo levados em consideração os seguintes critérios: (i) foco estratégico (foco no cliente, presença e pensamento global de longo prazo); (ii) pessoas (*partnership*, trabalho em equipe, *hard-working* e *hands-on*, desenvolvimento de talentos); (iii) gestão por desempenho (meritocracia, empreendedorismo, excelência e foco no resultado e nos custos); e (iv) cumprimento de metas.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

As razões que justificam a composição da remuneração paga aos administradores da Companhia são a busca por profissionais qualificados, incentivos para a melhoria de sua gestão e a retenção de seus executivos, visando ganho pelo compromisso de resultados de curto e longo prazo.

(v) membros não remunerados

Não aplicável. Todos os administradores da Companhia recebem total ou parcialmente sua remuneração da Companhia. Os membros do Conselho de Administração e Diretores que não recebem sua remuneração fixa integralmente da Companhia, recebem-na por meio de controladas pela Companhia, nas quais também possuem posição de administradores.

(d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Com exceção dos conselheiros independentes da Companhia e do Diretor de Relação com Investidores, os demais membros da administração da Companhia recebem parcela de suas remunerações das respectivas controladas da Companhia nas quais tais membros também exercem função de administração. Para informações sobre os valores suportados pelas controladas da Companhia, ver item 8.19 deste Formulário de Referência.

(e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não aplicável. A Companhia não possui remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de eventos societários.

8.2 - Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o exercício social corrente (31/12/2025) - Valores Anuais*				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6	7	N/A	13
Nº de membros remunerados	6	7	N/A	13
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	R\$13.000.000,00	R\$9.000.000,00	N/A	R\$22.000.000,00
Benefícios diretos e indiretos	R\$950.000,00	R\$750.000,00	N/A	R\$1.750.000,00
Participação em comitês	R\$200.000,00	0	N/A	R\$150.000,00
Outros	0	0	N/A	0
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	N/A	0
Remuneração variável				
Bônus	0	R\$1.100.000,00	N/A	R\$1.100.000,00
Participação de resultados	0	0	N/A	0
Participação em reuniões	0	0	N/A	0
Comissões	0	0	N/A	0
Outros	0	0	N/A	0
Descrição de outras remunerações variáveis	0	0	N/A	0
Pós-emprego	0	0	N/A	0
Cessaçãodo cargo	0	0	N/A	0

Baseada em ações, incluindo opções	0	0	N/A	0
---	---	---	-----	---

Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2024-CVM/SEP o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica "outros" se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração. Valores referentes à remuneração a ser paga pela Companhia e por suas subsidiárias aos administradores da Companhia. Para mais informações, veja o item 8.20 deste Formulário de Referência.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2024-CVM/SEP o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica "outros" se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração. Valores referentes à remuneração a ser paga pela Companhia e por suas subsidiárias aos administradores da Companhia. Para mais informações, veja o item 8.20 deste Formulário de Referência.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2024-CVM/SEP o número de membros do Conselho Fiscal foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica "outros" se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração o. Valores referentes à remuneração a ser paga pela Companhia e por suas subsidiárias aos administradores da Companhia. Para mais informações, veja o item 8.20	
--------------------------	---	---	---	--

			deste Formulário de Referência.	
Total da remuneração	R\$14.150.000,00	R\$10.850.000,00	N/A	R\$25.000.000,00

*Alguns membros do Conselho de Administração também são membros da Diretoria, sendo que a remuneração de tais membros encontra-se computada na remuneração do Conselho de Administração.

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2024 - Valores Anuais*				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6	6	N/A	12
Nº de membros remunerados	6	6	N/A	10
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	R\$12.940.000,00	R\$ 7.760.292,31	N/A	R\$20.700.292,31
Benefícios diretos e indiretos	R\$ 924.838,91	R\$ 599.882,96	N/A	R\$1.524.721,87
Participação em comitês	0	0	N/A	0
Outros	-	-	N/A	0
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	N/A	0
Remuneração variável				
Bônus	0	R\$1.258.540,20	N/A	R\$1.258.540,22
Participação de resultados	0	0	N/A	0
Participação em reuniões	0	0	N/A	0
Comissões	0	0	N/A	0

Outros	0	0	N/A	0
Descrição de outras remunerações variáveis	0	0	N/A	0
Pós-emprego	0	0	N/A	0
Cessação do cargo	0	0	N/A	0
Baseada em ações, incluindo op�es	0	0	N/A	0

*Alguns membros do Conselho de Administração têm também são membros da Diretoria, sendo que a remuneração de tais membros encontra-se computada na remuneração do Conselho de Administração.

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N� total de membros	6	6	N/A	12
N� de membros remunerados	6	6	N/A	10
Remuneração fixa anual				
Salário ou pr�-labore	R\$1.084.000,00	R\$666.502,40	N/A	R\$1.750.502,40
Benefícios diretos e indiretos	R\$238.765,82	R\$97.035,01	N/A	R\$335.800,83
Participação em comitês	0	0	N/A	0
Outros	-	-	N/A	0
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	N/A	0
Remuneração variável				

Bônus	0	R\$1.157.330,06	N/A	R\$1.157.330,06
Participação de resultados	0	0	N/A	0
Participação em reuniões	0	0	N/A	0
Comissões	0	0	N/A	0
Outros	0	0	N/A	0
Descrição de outras remunerações variáveis	0	0	N/A	0
Pós-emprego	0	0	N/A	0
Cessação do cargo	0	0	N/A	0
Baseada em ações, incluindo opções	0	0	N/A	0

Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2023-CVM/SEP o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica "outros" se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2023-CVM/SEP o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica "outros" se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2023-CVM/SEP o número de membros do Conselho Fiscal foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica "outros" se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	
Total da remuneração	R\$1.322.765,82	R\$1.920.867,47	N/A	R\$3.243.633,29

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6	6	N/A	12
Nº de membros remunerados	6	6	N/A	10
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	R\$950.000,00	R\$ 671.493,16	N/A	R\$1.621.493,16

Benefícios diretos e indiretos	R\$ 170.240,25	R\$ 72.815,96	N/A	R\$243.056,21
Participação em comitês	0	0	N/A	0
Outros	-	-	N/A	0
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	N/A	0
Remuneração variável				
Bônus	0	R\$1.100.000,00	N/A	R\$1.100.000,00
Participação de resultados	0	0	N/A	0
Participação em reuniões	0	0	N/A	0
Comissões	0	0	N/A	0
Outros	0	0	N/A	0
Descrição de outras remunerações variáveis	0	0	N/A	0
Pós-emprego	0	0	N/A	0
Cessaçãodo cargo	0	0	N/A	0
Baseada em ações, incluindo opções	0	0	N/A	0

Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2023-CVM/SEP o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica "outros" se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2023-CVM/SEP o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica "outros" se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2023-CVM/SEP o número de membros do Conselho Fiscal foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica "outros" se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	
Total da remuneração	R\$1.120.240,25	R\$1.844.309,12	N/A	R\$2.964.549,37

Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2023-CVM/SEP o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica "outros" se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2023-CVM/SEP o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica "outros" se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2023-CVM/SEP o número de membros do Conselho Fiscal foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica "outros" se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	
Total da remuneração	R\$1.413.563,47	R\$3.932.881,29	N/A	R\$5.346.444,76

8.3 - Remuneração variável por órgão

Prevista para 31/12/2025	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6	7	N/A	13
Nº de membros remunerados	0	2	N/A	2
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	R\$1.100.000,00	N/A	R\$1.100.000,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0	R\$1.100.000,00	N/A	R\$1.100.000,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0	0	0	0

31/12/2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6	6	N/A	12

Nº de membros remunerados	0	2	N/A	4
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	R\$1.258.540,22	N/A	R\$1.258.540,22
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0	R\$1.258.540,22	N/A	R\$1.258.540,22
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	R\$1.258.540,22	N/A	R\$1.258.540,22
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

31/12/2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6	6	N/A	12
Nº de membros remunerados	0	2	N/A	4
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	R\$6.700.000,00	N/A	R\$6.700.000,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0	R\$6.700.000,00	N/A	R\$6.700.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	R\$1.180.000,00	N/A	R\$1.180.000,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A

do exercício social				
---------------------	--	--	--	--

31/12/2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6	6	N/A	12
Nº de membros remunerados	0	4	N/A	4
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	R\$6.700.000,00	N/A	R\$6.700.000,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0	R\$6.700.000,00	N/A	R\$6.700.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	R\$1.100.000,00	N/A	R\$1.100.000,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração	0	0	0	0

- metas atingidas				
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

8.4 - Plano de remuneração baseado em ações

Em 1º de setembro de 2020, a Companhia aprovou um Plano de Ações Restritas, porém nenhuma outorga havia sido realizada sob o Plano até a data deste Formulário de Referência.

(a) termos e condições gerais

O Plano de Outorga de Ações Restritas ("**Plano de Ações Restritas**") da Companhia tem como objeto a concessão de ações ordinárias e/ou ações preferenciais de emissão da Companhia, incluindo sob a forma de certificados de depósito de ações de representativos cada um de 1 (uma) ação ordinária e 2 (duas) ações preferenciais de emissão da Companhia ("**Units**" e "**Ações Restritas**") aos administradores e/ou empregados da Companhia ou de outra(s) sociedade(s) sob o seu controle, que venham a ser escolhidos como pessoas elegíveis a critério exclusivo do Conselho de Administração ("**Pessoas Elegíveis**"), conforme eleitas pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê para participar do Plano ("**Participantes**").

Os objetivos do Plano de Ações Restritas são: (i) estabelecer regras para que os Participantes possam receber Ações Restritas de forma não onerosa, as quais ficarão sujeitas a restrições de negociação durante o Período de Restrição; (ii) aumentar o alinhamento a longo prazo dos interesses dos Participantes com os interesses dos acionistas, ampliando o senso de propriedade, comprometimento e geração de valor dos Participantes por meio do conceito de investimento e risco; e (iii) fortalecer os incentivos para permanência e estabilidade de longo prazo dos Participantes, dentro do contexto de uma companhia aberta.

O Plano de Ações Restritas confere aos seus Participantes, a possibilidade de se tornarem acionistas da Companhia. Ao possibilitar que os Participantes se tornem acionistas da Companhia espera-se que estes tenham incentivos para contribuir efetivamente com a criação de valor e exerçam suas funções de maneira a integrar-se aos interesses dos acionistas, aos objetivos sociais e aos planos de crescimento da Companhia, sobretudo, obtendo vantagem patrimonial mediante o crescimento. O modelo adotado espera ser eficaz como mecanismo de retenção de administradores, empregados e prestadores de serviços, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das ações da Companhia.

(b) data de aprovação e órgão responsável

O Plano de Ações Restritas foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas realizada em 1º de setembro de 2020 e é administrado pelo Conselho de Administração.

(c) número máximo de ações abrangidas

Poderão ser outorgados aos Participantes, no âmbito do Plano de Ações Restritas, o direito ao recebimento de Ações Restritas representativas de, no máximo, 1,5% do total de ações em que se divide o capital social da Companhia na data de aprovação do Plano de

Ações Restritas, ou seja, até 3.583.143 de ações ordinárias e/ou preferenciais, o qual poderá ser ajustado conforme o Plano de Ações Restritas em caso de desdobramento, grupamento ou conversão de ações, respeitadas as disposições da lei e da regulamentação aplicável. Com o propósito de satisfazer a outorga do direito de recebimento das Ações Restritas nos termos do Plano, a Companhia, sujeita à lei e à regulamentação aplicável e após a obtenção das aprovações societárias necessárias, transferirá ao Participante as ações ou Units aplicáveis por meio de operação privada.

(d) número máximo de opções a serem outorgadas

Cada Ação Restrita do Plano de Ações Restritas dará o direito de aquisição ou subscrição de uma ação ordinária ou ação preferencial de emissão da Companhia, incluindo sob a forma de Units. O Plano de Ações Restritas prevê um número total de Ações Restritas representativas de, no máximo, 1,5% do total de ações em que se dividia o capital social da Companhia na data de aprovação do Plano de Ações Restritas, ou seja, 3.583.143 ações ordinárias e/ou preferenciais, o qual poderá ser ajustado conforme o Plano de Ações Restritas em caso de desdobramento, grupamento ou conversão de ações, respeitadas as disposições da lei e da regulamentação aplicável.

(e) condições de aquisição de ações

Anualmente, ou sempre que julgar conveniente, o Conselho de Administração poderá criar programas de outorga ("Programa"), através dos quais indicará, dentre outras condições, as Pessoas Elegíveis e a quantidade de Ações Restritas que poderão ser outorgadas às Pessoas Elegíveis.

A outorga dos direitos de recebimento das Ações Restritas ficará condicionada à celebração de contratos individuais de outorga entre a Companhia e as Pessoas Elegíveis, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração, a quantidade de Ações Restritas a ser recebida, o período de restrição e os demais termos e condições relacionados às Ações Restritas.

No exercício de sua competência e na administração de todas as questões ligadas ao Plano de Ações Restritas, o Conselho de Administração e o Comitê estarão sujeitos apenas aos limites estabelecidos em lei e na regulamentação e aos termos do próprio Plano de Ações Restritas, podendo tratar de maneira diferenciada os Participantes que se encontrem em situação similar e dispensar a observância de condições e requisitos impostos, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia ou analogia, a estender a todos os Participantes as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns Participantes, a seu exclusivo critério, ainda que dentro de um mesmo Programa.

(f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

A concessão das Ações Restritas será realizada a título não oneroso aos Participantes, sem qualquer contrapartida financeira, desde que observados os termos e condições do Plano de Ações Restritas e as regras contidas em cada contrato individual de outorga.

(g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

O Plano de Ações Restritas prevê um período de carência de escalonado de 3 (três) anos data de assinatura do respectivo contrato individual de outorga entre a Companhia e o Participante, adquirindo o Participante o direito de tornar-se titular de 1/3 (um terço) das Ações Restritas a cada aniversário (a partir do 1º aniversário) da data de assinatura do respectivo contrato individual de outorga entre a Companhia e o Participante, ficando a Companhia obrigada a transferir ao Participante as Ações Restritas aplicáveis em cada data de aniversário do contrato individual de outorga entre a Companhia e o Participante, conforme condições aprovadas pelo Conselho de Administração ou Comitê e estabelecidas em cada contrato individual de outorga.

O Conselho de Administração ou o Comitê poderão, ainda, fixar os termos e condições para o efetivo recebimento das Ações Restritas, além de determinação as características dos contratos individuais de outorga.

(h) forma de liquidação

Para os contratos individuais de outorga, uma vez satisfeitas as condições de prazo neles estabelecida, e desde que observados os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, a Companhia transferirá para o nome do Participante as respectivas Ações Restritas, por termo lavrado no Livro de Transferência de Ações Nominativas da Companhia, sem custo para o Participante.

(i) restrições à transferência das ações

O Conselho de Administração poderá subordinar a aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas a determinadas condições, bem como impor restrições à sua transferência, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Participante dessas mesmas Ações Restritas.

(j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano de Ações Restritas tem prazo indeterminado de vigência e, podendo ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral.

O Conselho de Administração ou Comitê, no interesse da Companhia e de seus acionistas poderão, ainda, suspender o Plano de Ações Restritas ou rever suas condições, desde que não alterem os respectivos princípios básicos, especialmente quanto ao número máximo de Ações Restritas aprovados pela Assembleia Geral.

Caso o número, espécie e classe das ações existentes na data da aprovação do Plano de Ações Restritas venham a ser alterados como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, caberá ao

Conselho de Administração da Companhia realizar o ajuste correspondente no número, espécie e classe das Ações Restritas outorgadas, de forma a manter o equilíbrio das relações entre as partes, evitando distorções na aplicação do Plano de Ações Restritas.

Além disso, qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas, na legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais de um plano de opções de compra, poderá levar à revisão integral do Plano de Ações Restritas.

(k) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

O Plano de Ações Restritas não prevê os efeitos da saída do Participante sobre os direitos de recebimento de Ações Restritas a ele outorgadas, os quais deverão ser estabelecidos pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, por ocasião da aprovação dos Programas ou da celebração dos contratos individuais de outorga com os Participantes.

8.5 - Remuneração baseada em ações (opções de compra de ações)

A Companhia não possuía plano de remuneração baseado em ações sob a forma de opções de compra de ações para seus administradores e colaboradores no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e não possui previsão para o exercício social corrente.

Em 1º de setembro de 2020, a Companhia aprovou um Plano de Ações Restritas, porém nenhuma outorga havia sido realizada sob o Plano até a data deste Formulário de Referência.

8.6 - Outorga de opções de compra de ações

A Companhia não possuía plano de remuneração baseado em ações sob a forma de opções de compra de ações para seus administradores e colaboradores no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e não possui previsão de entrega para o exercício corrente.

Em 1º de setembro de 2020, a Companhia aprovou um Plano de Ações Restritas, porém nenhuma outorga havia sido realizada sob o Plano até a data deste Formulário de Referência.

8.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

A Companhia não possuía plano de remuneração baseado em ações sob a forma de opções de compra de ações para seus administradores e colaboradores no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e não possui previsão de entrega para o exercício corrente.

Em 1º de setembro de 2020, a Companhia aprovou um Plano de Ações Restritas, porém nenhuma outorga havia sido realizada sob o Plano até a data deste Formulário de Referência.

8.8 - Opções exercidas e ações entregues

A Companhia não possuía plano de remuneração baseado em ações sob a forma de opções de compra de ações para seus administradores e colaboradores no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Em 1º de setembro de 2020, a Companhia aprovou um Plano de Ações Restritas, porém nenhuma outorga havia sido realizada sob o Plano até a data deste Formulário de Referência.

8.9 - Remuneração baseada em ações, a serem entregues aos beneficiários

A Companhia não possuía plano de remuneração baseado em ações sob a forma de opções de compra de ações para seus administradores e colaboradores no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Em 1º de setembro de 2020, a Companhia aprovou um Plano de Ações Restritas, porém nenhuma outorga havia sido realizada sob o Plano até a data deste Formulário de Referência.

8.10 - Outorga de ações

A Companhia não possuía plano de remuneração baseado em ações sob a forma de opções de compra de ações para seus administradores e colaboradores no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Em 1º de setembro de 2020, a Companhia aprovou um Plano de Ações Restritas, porém nenhuma outorga havia sido realizada sob o Plano até a data deste Formulário de Referência.

8.11 - Ações entregues

A Companhia não possuía plano de remuneração baseado em ações sob a forma de opções de compra de ações para seus administradores e colaboradores no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Em 1º de setembro de 2020, a Companhia aprovou um Plano de Ações Restritas, porém nenhuma outorga havia sido realizada sob o Plano até a data deste Formulário de Referência.

8.12 - Precificação das ações/opções

A Companhia não possuía plano de remuneração baseado em ações sob a forma de opções de compra de ações para seus administradores e colaboradores no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Em 1º de setembro de 2020, a Companhia aprovou um Plano de Ações Restritas, porém nenhuma outorga havia sido realizada sob o Plano até a data deste Formulário de Referência.

8.13 - Participações detidas por órgão

A tabela abaixo contém a participação consolidada em ações emitidas pela BR Partners Holdco Participações S.A., controladora da Companhia, por membros do conselho de administração e da diretoria estatutária em 31 de dezembro de 2024:

	Ações da BR Partners Holdco Participações S.A.	
Órgão	Qtd.	%
Conselho de Administração ⁽¹⁾	3.772.998.858	20,25
Diretoria ⁽²⁾	12.039.375.484	60,83

⁽¹⁾ Exclui participações detidas por Conselheiros que também são Diretores da Companhia.

⁽²⁾ Inclui participações detidas por Diretores que também são Conselheiros da Companhia.

Os membros do conselho de administração e da diretoria estatutária da Companhia não possuíam quaisquer outras ações ou cotas outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas emitidas pela Companhia, por sociedades controladas ou sob seu controle comum da Companhia em 31 de dezembro de 2024.

8.14 - Planos de previdência

Não aplicável, visto que a Companhia e suas subsidiárias não oferecem plano de previdência aos membros do Conselho de Administração e aos diretores estatutários.

8.15 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
Valores anuais	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Nº total de membros	6	6	6	6	6	5,83	N/A	N/A	N/A
Nº de membros remunerados	6	6	6	6	6	6	N/A	N/A	N/A
Valor da maior remuneração (Reais)	R\$3.129.955,15	R\$1.722.867,14	R\$1.546.493,16	R\$3.203.134,14	R\$555.112,08	R\$360.000,00	N/A	N/A	N/A
Valor da menor remuneração (Reais)	R\$1.270.298,80	R\$66.000,00	R\$380.000,00	R\$ 583.029,88	R\$503.653,74	R\$80.000,00	N/A	N/A	N/A
Valor médio da remuneração (Reais)	R\$2.404.678,87	R\$320.144,50	R\$732.205,81	R\$2.310.806,49	R\$208.588,56	R\$158.333,33	N/A	N/A	N/A

Diretoria Estatutária

31/12/2024	Apenas 1 (um) membro da Diretoria da Companhia recebeu remuneração exclusivamente da Companhia. Os demais diretores, por também possuírem posições de administradores nas controladas da Companhia, receberam uma parte de seu pro-labore por meio da Companhia e uma parte por meio de tais controladas.
31/12/2023	Apenas 1 (um) membro da Diretoria da Companhia recebeu remuneração exclusivamente da Companhia. Os demais diretores, por também possuírem posições de administradores nas controladas da Companhia, receberam uma parte de seu pro-labore por meio da Companhia e uma parte por meio de tais controladas.
31/12/2022	Apenas 1 (um) membro da Diretoria da Companhia recebeu remuneração exclusivamente da Companhia. Os demais diretores, por também possuírem posições de administradores nas controladas da Companhia, receberam uma parte de seu pro-labore por meio da Companhia e uma parte por meio de tais controladas.

Conselho de Administração

31/12/2024	Os Conselheiros Independentes da Companhia receberam sua remuneração exclusivamente da Companhia. Os demais Conselheiros, por também possuírem posições de administradores nas controladas da Companhia, receberam uma parte de seu pro-labore por meio da Companhia e uma parte por meio de tais controladas.
31/12/2023	Os Conselheiros Independentes da Companhia receberam sua remuneração exclusivamente da Companhia. Os demais Conselheiros, por também possuírem posições de administradores nas controladas da Companhia, receberam uma parte de seu pro-labore por meio da Companhia e uma parte por meio de tais controladas.
31/12/2022	1 (um) membro do Conselho de Administração recebeu remuneração a partir do mês de março de 2022. Os Conselheiros Independentes da Companhia receberam sua remuneração exclusivamente da Companhia. Os demais Conselheiros, por também possuírem posições de administradores nas controladas da Companhia, receberam uma parte de seu pro-labore por meio da Companhia e uma parte por meio de tais controladas.

Conselho Fiscal

31/12/2024	N/A
31/12/2023	N/A
31/12/2022	N/A

8.16 - Mecanismos de remuneração / indenização

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não conta com mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17 - Percentual de partes relacionadas na remuneração

A tabela abaixo apresenta o percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores nos três últimos exercícios sociais e a previsão para o exercício social corrente:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2025	2024	2023	2022
Conselho de Administração	50%	50%	50%	50%
Diretoria	100%	100%	100%	100%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A

8.18 - Remuneração - Outras funções

Não foram reconhecidos e, para o exercício social corrente, não há previsão de reconhecimento de valores no resultado da Companhia como remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam na Companhia e nas suas subsidiárias nos três últimos exercícios sociais.

8.19 - Remuneração reconhecida do controlador/controlada

A tabela abaixo apresenta a remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia nos três últimos exercícios sociais e a previsão para o exercício social corrente:

Previsão do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025 (em R\$ mil) Remuneração recebida em função de exercício de cargo na administração de controladas*				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0	0	N/A	0
Controladas	13.500	7.300	N/A	20.800
Sociedades sob controle comum	0	0	N/A	0

*As informações previstas para 2025 acima, estão consideradas na tabela do item 8.2.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 (em R\$ mil) Remuneração recebida em função de exercício de cargo na administração de controladas				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0	0	N/A	0
Controladas	12.378	6.246	N/A	18.624
Sociedades sob controle comum	0	0	N/A	0

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 (em R\$ mil) Remuneração recebida em função de exercício de cargo na administração de controladas				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total

Controladores diretos e indiretos	0	0	N/A	0
Controladas	12.276	6.643	N/A	18.919
Sociedades sob controle comum	0	0	N/A	0

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 (em R\$ mil)				
Remuneração recebida em função de exercício de cargo na administração de controladas				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0	0	N/A	0
Controladas	4.630	9.295	N/A	13.925
Sociedades sob controle comum	0	0	N/A	0

8.20 - Outras informações relevantes

A partir do exercício de 2024, a administração da Companhia, com o intuito de oferecer maior transparência aos seus acionistas, passou a submeter à aprovação da Assembleia Geral a proposta de remuneração global dos administradores da Companhia em função dos cargos ocupados pelos administradores da Companhia na Companhia e nas suas subsidiárias. Assim, todos os valores incluídos relativos à remuneração dos administradores passaram a contemplar a partir do exercício de 2024, os valores pagos pela Companhia e pelas suas controladas aos administradores da Companhia, em função do cargo de tais administradores nas respectivas sociedades.

Os valores incluídos nos exercícios anteriores a 2024 referem-se somente aos valores pagos pela Companhia, exceto se especificado de forma diversa no respectivo item.

ANEXO IV – ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO

(conforme artigo 12 da Resolução CVM 81)

ESTATUTO SOCIAL DA ~~BR Advisory Partners Participações S.A.~~ BRBI BR PARTNERS S.A

CNPJ/MF 10.739.356/0001-03

NIRE 35.300.366.727

Capítulo I - Denominação, Duração, Sede e Objeto

- (i) **Artigo 1º** - ~~BR Advisory Partners Participações S.A.~~ BRBI BR Partners S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima, com prazo de duração indeterminado, regida pelo disposto neste Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações posteriores (“**Lei das Sociedades por Ações**”), pelo Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“**B3**”) (“**Regulamento do Nível 2**”) e demais disposições legais aplicáveis.

Parágrafo 1º - Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Nível 2 de Governança Corporativa da B3 (“**Nível 2**”), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Nível 2.

Parágrafo 2º - As disposições do Regulamento do Nível 2 prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto Social.

Artigo 2º - A Companhia tem sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, competindo ao Conselho de Administração deliberar sobre a localização e alteração da sede social, bem como sobre a abertura ou encerramento de filiais, escritórios e representações no país ou no exterior.

Artigo 3º - A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, quotista ou acionista, e a administração de bens próprios.

Capítulo II - Capital Social e Ações

Artigo 4º O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é R\$ 674.940.442,77 (seiscentos e setenta e quatro milhões, novecentos e quarenta mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e setenta e sete centavos), dividido em 314.987.112 (trezentos e quatorze milhões, novecentas e oitenta e sete mil e cento e doze) ações, sendo 200.546.184 (duzentos milhões, quinhentas e quarenta e seis mil e cento e oitenta e quatro) ações ordinárias e 114.440.928 (cento e quatorze milhões, quatrocentas e quarenta mil e novecentas e vinte e oito) ações preferenciais.

Parágrafo 1º - A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, por deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária, mediante a emissão de ações, até o limite de 200.000.000 (duzentos milhões) de ações. Caberá ao Conselho de Administração determinar os termos e condições de emissão e integralização, bem como indicar o número, a espécie e classe de ações a serem emitidas, respeitando o limite legal de emissão de ações preferenciais e o prazo para exercício do direito de preferência, caso aplicável.

Parágrafo 2º - A critério do Conselho de Administração, poderá ser realizada emissão, sem direito de preferência ou com redução do prazo de que trata o parágrafo 4º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.

Artigo 5º - As ações da Companhia são escriturais, mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, perante instituição financeira autorizada pela CVM.

Parágrafo Único - Observados os limites máximos fixados pela CVM, o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme definido em contrato de escrituração de ações.

Artigo 6º - Cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

Artigo 7º - As ações preferenciais da Companhia não conferirão direito de voto aos seus titulares, mas asseguram a seus titulares o direito a voto restrito, exclusivamente nas seguintes matérias:

- (i) transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia;
- (ii) aprovação de contratos entre a Companhia e o Acionista Controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o Acionista Controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, sejam deliberados em Assembleia Geral;
- (iii) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia;
- (iv) escolha de instituição ou empresa especializada para determinação do Valor Econômico da Companhia, conforme artigo 38 deste Estatuto Social; e
- (v) alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do Regulamento do Nível 2, ressalvado que esse direito a voto prevalecerá enquanto estiver em vigor Contrato de Participação no Nível 2 de Governança Corporativa.

Parágrafo Único - As ações preferenciais conferem a seus titulares as seguintes vantagens:

- (i) prioridade na distribuição de dividendos conforme artigo 32 deste Estatuto Social;
- (ii) prioridade no reembolso do capital, no caso de liquidação da sociedade conforme artigo 33 deste Estatuto Social; e
- (iii) direito de serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações em decorrência de Alienação de Controle da Companhia ao mesmo preço e nas mesmas condições ofertadas ao Acionista Controlador Alienante.

Artigo 8º - Por deliberação da Assembleia Geral dos acionistas, poderão ser criadas, a qualquer tempo, novas espécies ou classes de ações, ou aumentadas as espécies e classes já existentes, sem guardar proporção com as demais, observado o limite legal de ações preferenciais.

Capítulo III - Assembleias Gerais

Artigo 9º - As Assembleias Gerais de acionistas realizar-se-ão ordinariamente uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, a fim de que sejam discutidos os assuntos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 10 - As Assembleias Gerais Extraordinárias serão realizadas sempre que necessário, quando os interesses sociais assim o exigirem, ou quando as disposições do presente Estatuto Social ou da legislação aplicável exigirem deliberação dos acionistas.

Artigo 11 - A convocação e a instalação da Assembleia Geral obedecerão aos preceitos legais aplicáveis.

Parágrafo 1º - Ressalvadas as exceções previstas em lei, as Assembleias Gerais de acionistas serão convocadas pelo Conselho de Administração, por seu Presidente ou por dois membros do Conselho de Administração em conjunto, com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência em primeira convocação e, pelo menos, com 8 (oito) dias de antecedência em segunda convocação.

Parágrafo 2º - Independentemente de qualquer formalidade prevista neste Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações, será considerada regularmente instalada qualquer Assembleia Geral a que comparecer a totalidade dos acionistas.

Parágrafo 3º - Ressalvadas as exceções previstas em lei, as Assembleias Gerais somente se instalarão e validamente deliberarão em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do total das ações com direito a voto representativas do capital social e, em segunda convocação, com qualquer número.

Parágrafo 4º - Os acionistas poderão ser representados em Assembleias Gerais da Companhia por procurador constituído na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 5º - Sem prejuízo do disposto no parágrafo 2º acima, o acionista que comparecer à Assembleia Geral munido dos documentos que comprovem sua condição de acionista referidos no artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, até o momento da abertura dos trabalhos em Assembleia, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente.

Parágrafo 6º - O exercício do direito de voto nos casos especiais de condomínio, acordo de acionistas, usufruto e de ações empenhadas ou alienadas fiduciariamente fica sujeito às exigências legais específicas e às comprovações estabelecidas em lei.

Parágrafo 7º - Não poderá votar na Assembleia Geral o acionista com direitos sociais suspensos na forma dos artigos 120 e 122, inciso V, da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 8º - O acionista não poderá votar nas deliberações relativas a laudo de avaliação dos bens com que concorrer para o capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia.

Parágrafo 9º - Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata em livro próprio, assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes. Da ata extrair-se-ão certidões ou cópias autênticas para os fins legais.

Artigo 12 - As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na ausência deste, por qualquer dos presentes, escolhido por maioria de votos dos presentes. O secretário será escolhido pelo presidente da mesa.

Artigo 13 - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as hipóteses especiais previstas na Lei das Sociedades por Ações, serão tomadas por maioria de votos dos presentes, não se computando os votos em branco.

Capítulo IV - Administração da Companhia

Artigo 14 - A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria, na forma de lei e deste Estatuto Social.

Artigo 15 - Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria serão investidos nos respectivos cargos mediante assinatura dos seus respectivos termos de posse lavrado em livro próprio, neles permanecendo até a eleição e posse de seus substitutos. No ato de assinatura do termo de posse, os membros do Conselho de Administração e diretores da Companhia assinarão as declarações de que trata o artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações, conforme aplicável.

Parágrafo 1º - A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores nos termos do disposto no Regulamento do Nível 2, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo 2º - Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria deverão aderir às políticas internas em vigor da Companhia, incluindo, entre outras que venham posteriormente se aprovadas, o Código de Ética, a Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, a Política de Negociação de Valores Mobiliários, além de outras políticas que venham a ser aprovadas pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 3º - Observado o disposto na Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, a Companhia deverá divulgar a renúncia ou a destituição dos seus administradores até o dia útil seguinte em que a Companhia for comunicada da referida renúncia ou em que for aprovada referida destituição.

Parágrafo 4º - Só será dispensada a convocação prévia de reunião de qualquer órgão da administração como condição de sua validade se presentes todos os seus membros. São considerados presentes os administradores que manifestarem seu voto por meio da delegação feita em favor de outro membro do respectivo órgão, por voto escrito antecipado ou por voto escrito transmitido por e-mail ou por qualquer outro meio legítimo de comunicação que possa ser comprovada a sua autoria e origem, neste caso, até o encerramento da respectiva reunião.

Artigo 16 - A Assembleia Geral estabelecerá a remuneração anual global dos administradores da Companhia, nesta incluídos os benefícios de qualquer natureza e as verbas de representação, sem prejuízo da participação no lucro da Companhia, competindo ao Conselho de Administração a alocação individual da remuneração entre os administradores.

Capítulo V - Conselho de Administração

Artigo 17 - O Conselho de Administração da Companhia será composto por no mínimo 5 (cinco) e, no máximo, 6 (seis) membros efetivos, podendo ser eleitos igual número de suplentes, residentes no país ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral para mandato unificado de 02 (dois) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo 1º - O Conselho de Administração terá um Presidente eleito pela Assembleia Geral. O Presidente terá, além do próprio voto, o voto de desempate, em caso de empate na votação em decorrência de eventual composição de número par de membros do Conselho de Administração. Cada membro do Conselho de Administração terá direito a 1 (um) voto nas deliberações do órgão.

Parágrafo 2º - Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 20% (vinte por cento) deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Nível 2, e expressamente declarados como tais na ata da Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §§ 4º e 5º e artigo 239 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 3º - Quando, em decorrência da observância do percentual referido no parágrafo acima, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento nos termos do Regulamento do Nível 2.

Parágrafo 4º - Os cargos de presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Artigo 18 – As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas na periodicidade definida pelo próprio Conselho de Administração e serão convocadas por seu Presidente ou pela maioria dos conselheiros, mediante convocação escrita entregue aos demais conselheiros, conforme previsto no § 1º abaixo.

Parágrafo 1º - A convocação das reuniões do Conselho de Administração deverão: (i) ser feita por carta registrada ou e-mail com, pelo menos, 3 (três) dias corridos de antecedência da data da reunião e, caso a reunião não seja realizada, nova notificação de segunda convocação será enviada com, pelo menos, 1 (um) dias corridos de antecedência da nova data da reunião; (ii) indicar a ordem do dia, e (iii) estar acompanhada dos documentos pertinentes. As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas na sede da Companhia ou em outro local previamente acordado entre os conselheiros, permitida a realização de reuniões virtuais com a participação de todos os conselheiros na forma do parágrafo 3º abaixo.

Parágrafo 2º - Atendido o prazo de convocação, as reuniões do Conselho de Administração instalar-se-ão com a presença de tantos conselheiros quantos bastem para aprovar as matérias a serem deliberadas. Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a reunião a que comparecem todos os membros do Conselho de Administração.

Parágrafo 3º - Os Conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por meio de videoconferência, teleconferência ou qualquer outro meio similar que permita a identificação do conselheiro e a comunicação simultânea com as demais pessoas presentes à reunião. Os Conselheiros que não puderem participar da reunião por qualquer dos meios acima citados poderão ser representados na reunião por seu suplente, se houver, ou por outro Conselheiro, desde que indique por escrito outro Conselheiro para substituí-lo, ou enviar seu voto por escrito ao Presidente do Conselho de Administração ou ao presidente da reunião antes da sua instalação ou até seu encerramento, via carta registrada, e-mail ou carta entregue em mãos, ficando o presidente da reunião investido dos poderes para assinar a respectiva ata da reunião em nome do conselheiro que não esteja presente fisicamente.

Parágrafo 4º - Os membros do Conselho de Administração poderão consentir em dispensar a reunião e decidir por escrito as matérias que dela seriam objeto, caso considerem que tais matérias já foram suficientemente debatidas por qualquer outro meio e contanto que todos os Conselheiros celebrem documento por escrito formalizando tal consentimento.

Parágrafo 5º - Será considerado presente às reuniões do Conselho de Administração, o conselheiro que:

- (i) nomear qualquer outro conselheiro como seu procurador para votar em tal reunião, desde que a respectiva procuração seja entregue ao Presidente do Conselho de Administração ou ao Presidente da reunião antes da sua instalação; ou
- (ii) enviar seu voto por escrito ao Presidente do Conselho de Administração (ou ao presidente da mesa da reunião em questão) antes da instalação da reunião do Conselho de Administração, via fac-símile, e-mail, carta registrada ou carta entregue em mãos.

Artigo 19 - Em caso de impedimentos ou ausências permanentes de qualquer membro efetivo do Conselho de Administração e de seu suplente, se houver, os membros do Conselho de Administração remanescentes deverão nomear substituto, que servirá até a próxima Assembleia Geral a se realizar.

Artigo 20 - As reuniões do Conselho de Administração serão presididas por seu Presidente ou, na ausência deste, por qualquer membro do Conselho de Administração, escolhido por maioria de votos dos presentes. O secretário será escolhido dentre qualquer dos presentes pelo presidente da mesa.

Artigo 21 - Ressalvadas as hipóteses especiais previstas na Lei das Sociedades por Ações, as deliberações do Conselho de Administração serão tomadas mediante voto afirmativo da maioria simples dos presentes à respectiva reunião, não se computando os votos em branco.

Artigo 22 - Competirá ao Conselho de Administração da Companhia deliberar sobre as seguintes matérias:

- (ii) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e de suas controladas;
- (iii) aprovar o orçamento geral, o plano de negócios da Companhia e quaisquer de suas alterações (**"Plano de Negócios"**);
- (iv) eleger e destituir os diretores da Companhia e fixar-lhes as designações e atribuições, observado o que dispõe este Estatuto Social;
- (v) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria;
- (vi) fixar a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, dentro do limite máximo anual estabelecido pela Assembleia Geral;
- (vii) determinar os critérios gerais de remuneração e política de benefícios dos funcionários de escalão superior da Companhia e suas controladas, incluindo a instituição, alteração, extinção e alocação individual de plano de bônus e/ou de opção de ações dentro do limite máximo anual estabelecido pela Assembleia Geral;
- (viii) escolher ou destituir os auditores independentes;
- (ix) declarar e fixar as condições de pagamento de juros sobre o capital próprio e a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares pela Companhia, os quais serão sempre considerados como antecipação do dividendo mínimo obrigatório;
- (x) opinar sobre as propostas dos órgãos de administração a serem submetidas à aprovação da Assembleia Geral;
- (xi) aprovar [transações que possuam valor superior a 5% \(cinco por cento\) do patrimônio líquido da Companhia constante do último balanço social publicamente disponível](#) que envolvam (i) a aquisição (por subscrição ou outra forma), transferência (por alienação ou outra forma) de participações societárias; (ii) a constituição de ônus, por qualquer forma, direta ou indiretamente, de participações societárias, ou de direitos decorrentes das referidas participações societárias; ou (iii) a celebração de qualquer novo acordo de acionistas, de sócios ou cotistas relativos às controladas ou investidas em que a Companhia, direta ou indiretamente, detenha participação societária, ou alteração de qualquer dos acordos de acionistas, de sócios ou de cotistas existentes;
- (xii) deliberar sobre a prestação, pela Companhia, de garantia em obrigações de terceiros, incluindo as suas controladas;
- (xiii) aprovar a recompra de ações de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria, bem como a alienação ou cancelamento de ações em tesouraria;

- (xiv) deliberar sobre a emissão, pela Companhia, de valores mobiliários conversíveis ou não em ações de qualquer natureza, inclusive debêntures simples e sem garantia real, o montante, assim como seus termos e condições;
- (xv) emissão de títulos de dívida acima do valor do patrimônio líquido da Companhia, exceção feita à emissão de títulos de dívida pelas controladas que sejam instituições financeiras, hipótese em que se sujeitarão à regulamentação aplicável do Banco Central do Brasil;
- (xvi) aprovar a contratação de obrigações financeiras pela Companhia não contempladas no plano de negócios e cujo valor individual (ou agregado, no caso de operações realizadas dentro de um período de doze meses) seja superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais);
- (xvii) deliberar sobre a realização de qualquer operação ou a celebração de qualquer contrato entre, de um lado, a Companhia e/ou suas controladas, e de outro, quaisquer administradores ou acionistas da Companhia ou partes relacionadas aos acionistas ou administradores da Companhia e de suas controladas;
- (xviii) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM; e
- (xix) definir lista tríple de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos de OPA para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Nível 2 de Governança Corporativa.

Parágrafo Único - Os valores previstos nos incisos deste artigo 22 serão atualizados ao final de cada exercício social pela variação do Índice de Preços ao Consumidor, divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, ou, em caso de sua extinção, por outro índice que venha legalmente a substituí-lo.

Capítulo VI - Diretoria

Artigo 23 - A Diretoria será composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 8 (oito) diretores, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pelo Conselho de Administração, e por este destituíveis a qualquer tempo, sendo um Diretor Presidente, um Diretor de Relações com Investidores, um Diretor Financeiro, e os demais Diretores sem designação específica, eleitos para um mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo 1º - Compete ao Diretor Presidente: (i) a direção geral dos negócios da Companhia, a convocação e presidência das reuniões da Diretoria e a coordenação dos trabalhos dos demais diretores e do processo de tomada de decisão; (ii) a representação ativa e passiva da Companhia em todas as suas relações com terceiros, em juízo ou fora dele, podendo nomear procuradores e prepostos para que prestem depoimentos em nome da Companhia perante as autoridades requisitantes, responsabilizando-se pelos resultados econômico-financeiros da Companhia e pela proteção de seu nome; (iii) a organização e supervisão das políticas e diretrizes de recursos humanos; (iv) a supervisão do cumprimento das políticas e normas

estabelecidas pelo Conselho de Administração e das deliberações tomadas em Assembleia Geral; (v) zelar pela observância da lei e deste Estatuto Social; e (vi) determinar o voto da Companhia como acionista, sócia ou cotista de quaisquer controlada ou investida em que a Companhia, diretamente, detenha participações societárias, bem como determinar o voto e vincular a atuação dos administradores e gestores dos fundos de investimento exclusivos da Companhia ou de suas controladas.

Parágrafo 2º - Compete ao Diretor de Relações com Investidores: (i) responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à CVM e às bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e fiscalização correspondentes, mantendo atualizados os registros da Companhia nessas instituições; (ii) representar a Companhia perante a CVM, as Bolsas de Valores e demais entidades do mercado de capitais, bem como prestar informações relevantes aos investidores, ao mercado em geral, à CVM e à B3; e (iii) outras funções estabelecidas em lei e na regulamentação vigente.

Parágrafo 3º - Compete ao Diretor Financeiro: (i) coordenar a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia; (ii) gerir as atividades da área financeira da Companhia, incluindo administrar, gerir e controlar as áreas de tesouraria, fiscal e tributária, controladoria, auditoria, contabilidade, tecnologia da informação e de planejamento financeiro, segundo as orientações deste Estatuto Social, do Código de Ética da Companhia, das normas legais vigentes e das políticas e diretrizes consignadas pela Assembleia Geral; e (iii) administrar os recursos financeiros da Companhia, orientando a aplicação dos excedentes de caixa dentro das políticas e diretrizes existentes, e conduzindo os processos de contratação de empréstimo e de financiamento e os serviços correlatos necessários à expansão da Companhia, conforme orçamento anual.

Parágrafo 4º - Os Diretores sem designação específica terão sua competência recomendada pelo Diretor Presidente e aprovada Conselho de Administração, ressalvados os atos de gestão da Companhia cuja competência não se atribua de modo privativo aos demais Diretores nos termos da lei e deste Estatuto.

Parágrafo 5º - O cargo de Diretor de Relações com Investidores pode ser acumulado por outro Diretor da Companhia.

Parágrafo 6º - Os Diretores deverão ser pessoas com reputação ilibada, comprovada experiência prática na sua área de atuação, e que atendam todos os requisitos legais para o exercício dos cargos para os quais foram eleitos.

Artigo 24 - Em caso de renúncia ou impedimento permanente de qualquer diretor durante o prazo de gestão para o qual foi eleito, o Presidente do Conselho de Administração deverá convocar reunião do Conselho de Administração para eleger seu substituto que completará o prazo de gestão em curso, observado o disposto no Artigo 15 acima.

Parágrafo Único - Em caso de omissão do Presidente do Conselho de Administração, qualquer dos membros do Conselho de Administração poderá convocar a reunião do Conselho de Administração de que trata o *caput* deste artigo.

Artigo 25 – A Diretoria não é um órgão colegiado, podendo, contudo, reunir-se sempre que necessário na presença de Diretores que representem a maioria dos membros da Diretoria, dentre os quais deverá estar incluído o Diretor Presidente.

Artigo 26 - Compete à Diretoria, em geral, observadas as disposições deste Estatuto Social:

- (i) o exercício das atribuições que a lei e este Estatuto Social lhe conferem para assegurar o pleno e regular funcionamento da Companhia e das suas controladas, coligadas e divisões de negócios;
- (ii) a eleição e destituição dos administradores das sociedades controladas ou investidas da Companhia de acordo com as indicações feitas pelo Conselho de Administração;
- (iii) abrir, movimentar e encerrar contas bancárias e de investimento;
- (iv) transigir, renunciar, desistir, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, fazer aplicações de recursos, adquirir, onerar e alienar ativos e conceder garantias, assinando os respectivos termos e contratos;
- (v) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante quaisquer terceiros, incluindo repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais; e
- (vi) cumprir as demais atribuições que lhe sejam estabelecidas pela lei, por este Estatuto Social e pelo Conselho de Administração da Companhia.

Artigo 27 – Sem prejuízo do disposto neste Estatuto Social quanto à representação da Companhia, e exceto pelo disposto no parágrafo 2º do artigo 23 acima, e qualquer ato ou contrato que implique responsabilidade ou obrigação para a Companhia deverá ser obrigatoriamente assinado, em conjunto, por:

- (i) por quaisquer 2 (dois) Diretores, sempre agindo em conjunto;
- (ii) por 1 (um) Diretor agindo em conjunto com 1 (um) procurador com poderes específicos; ou
- (iii) por 2 (dois) procuradores com poderes específicos agindo em conjunto, dentro dos limites expressos nos respectivos mandatos, observado o disposto nos parágrafos único deste artigo.

Parágrafo Único - As procurações outorgadas pela Companhia serão sempre assinadas por quaisquer 2 (dois) Diretores, agindo em conjunto, e conterão os poderes específicos e prazo de vigência não superior a 1 (um) ano, ressalvada a outorga de poderes da cláusula *ad judicium et extra*, que poderá ter prazo de vigência superior ao referido.

Artigo 28 - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer diretor, procurador ou funcionário que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao seu objeto social, salvo quando expressamente autorizados pela Assembleia Geral.

Capítulo VII - Conselho Fiscal

Artigo 29 - A Companhia terá um Conselho Fiscal não permanente, na forma da Lei das Sociedades por Ações, composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos, e igual número de suplentes, acionistas ou não, residentes no país e eleitos em Assembleia Geral, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Único - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, quando em funcionamento, será fixada pela Assembleia Geral que os eleger.

Artigo 30 - Os membros suplentes do Conselho Fiscal substituirão os respectivos membros titulares em caso de vacância do cargo ou impedimento temporário.

Parágrafo Único - A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal nos termos do disposto no Regulamento do Nível 2, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Capítulo VIII - Exercício Social, Lucro e sua Destinação

Artigo 31 - O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas na legislação aplicável.

Artigo 32 - Os acionistas terão direito a um dividendo obrigatório não cumulativo correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme definido no Artigo 191 da Lei das Sociedades por Ações, diminuído ou acrescido dos valores previstos no inciso I do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e observadas as disposições do inciso II e III do mesmo artigo, conforme aplicável.

Parágrafo 1º - Após as destinações de que tratam o *caput* do artigo 32, o saldo remanescente poderá, conforme deliberado pela Assembleia Geral Ordinária com base em proposta da administração, ser destinado, total ou parcialmente, à Reserva de Investimentos de que trata o Parágrafo 2º abaixo ou ser retido, total ou parcialmente, nos termos de orçamento de capital, na forma do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. Os lucros não destinados na forma da lei e deste Estatuto Social deverão ser distribuídos como dividendos, nos termos do artigo 202, §6º, da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 2º - A Reserva de Investimentos tem o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da Companhia e/ou o pagamento de dividendos futuros aos acionistas ou suas antecipações. A parcela anual dos lucros líquidos destinada à Reserva de Investimento será determinada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, com base em proposta da administração, obedecendo às destinações determinadas neste artigo 32, sendo certo que a proposta ora referida levará em conta as necessidades de capitalização da Companhia e as demais finalidades da Reserva de Investimentos. O limite máximo da Reserva de Investimentos será aquele estabelecido no artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações. Quando a Reserva de Investimentos atingir seu limite máximo, ou sempre que a administração da Companhia entender que o saldo da Reserva de Investimentos excede o necessário para cumprir sua finalidade, a Assembleia Geral ou o Conselho de Administração, conforme o caso, poderá determinar sua aplicação total ou parcial na integralização ou aumento do capital social ou na distribuição de dividendos, na forma do artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 3º - A distribuição do dividendo mínimo não será obrigatória no exercício social em que o Conselho de Administração informar aos acionistas, com exposição justificada e aprovada por unanimidade, ser ela incompatível com a situação financeira da Companhia, caso em que poderá ser distribuída parcela do lucro líquido ou aprovada a sua retenção como reserva, conforme o caso. Os lucros que deixarem de ser distribuídos na forma deste parágrafo serão pagos assim que o permitir a situação financeira da Companhia, aplicando-se as disposições do artigo 202, § 5º da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 4º - Revertem em favor da Companhia os dividendos e juros sobre capital próprio que não forem reclamados por seus beneficiários dentro do prazo de 3 (três) anos contados da data em que foram colocados à disposição dos acionistas.

Capítulo IX - Dissolução, Liquidação e Extinção

Artigo 33 - A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção nos casos previstos em lei, sendo a Assembleia Geral o órgão competente para determinar o modo de liquidação e indicar o

liquidante e o Conselho Fiscal que deverão atuar no período da liquidação, fixando-lhes a remuneração.

Capítulo X - Acordos de Acionistas

Artigo 34 - A Companhia cumprirá todas as disposições dos acordos de acionistas arquivados em sua sede durante todo o período de vigência desses acordos. A Companhia não irá registrar, consentir ou ratificar qualquer voto ou aprovação dos Acionistas ou de qualquer administrador, ou realizar ou deixar de realizar qualquer ato que viole ou que seja incompatível com as disposições de tais acordos de acionistas ou que, de qualquer forma, possa prejudicar os direitos dos acionistas sob tais acordos.

Parágrafo 1º - Nos termos do §8º do artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações, o presidente da Assembleia Geral, bem como os membros dos órgãos de administração da Companhia, não deverão computar votos proferidos em desacordo com as disposições dos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, observando-se o previsto no § 9º do artigo 118 no caso de não comparecimento ou abstenção de voto em deliberações das Assembleias Gerais.

Parágrafo 2º - A Companhia deverá providenciar o arquivamento dos referidos acordos de acionistas na sede de suas Subsidiárias.

Capítulo XI - Alienação do Controle Acionário, Cancelamento do Registro de Companhia Aberta e Saída do Nível 2

Artigo 35 - A Alienação de Controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o Adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Nível 2, de forma a assegurar-lhes tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante.

Parágrafo Único - A oferta pública de que trata este artigo será exigida, ainda: (i) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na Alienação do Controle da Companhia; ou (ii) em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à B3 o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que comprove esse valor.

Artigo 36 - Aquele que adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a: (i) efetivar a oferta pública referida no artigo 35 acima; e (ii) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à B3 operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.

Artigo 37 - A Companhia não registrará qualquer transferência de ações para o Adquirente ou para aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Nível 2.

Parágrafo Único - Nenhum acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle poderá ser registrado na sede da Companhia enquanto os seus signatários não tenham subscrito o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Nível 2.

Artigo 38 - Na oferta pública de aquisição de ações, a ser feita pelo Acionista Controlador ou pela Companhia, para o cancelamento do registro de companhia aberta, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado no laudo de avaliação elaborado nos termos dos parágrafos 1º e 2º deste artigo, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo 1º - O laudo de avaliação referido no caput deste artigo deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, de seus Administradores e/ou do Acionista Controlador, além de satisfazer os requisitos do § 1º do artigo 8º da Lei das Sociedades por Ações, e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º desse mesmo artigo.

Parágrafo 2º - A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia é de competência privativa da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo conselho de administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, e cabendo a cada ação, independentemente de espécie ou classe, o direito a um voto, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes naquela assembleia, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação, ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

Artigo 39 - Caso seja deliberada a saída da Companhia do Nível 2 de Governança Corporativa para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Nível 2 de Governança Corporativa, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Nível 2 de Governança Corporativa no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo respectivo Valor Econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 38 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo 1º - O Acionista Controlador estará dispensado de proceder à oferta pública de aquisição de ações referida caput deste Artigo se a Companhia sair do Nível 2 de Governança Corporativa em razão da celebração do contrato de participação da Companhia no segmento especial da B3 denominado Novo Mercado ("**Novo Mercado**") ou se a companhia resultante de reorganização societária obtiver autorização para negociação de valores mobiliários no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação.

Parágrafo 2º - Na hipótese de não haver Acionista Controlador, caso seja deliberada a saída da Companhia do Nível 2 de Governança Corporativa para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Nível 2 de Governança Corporativa, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Nível 2 de Governança Corporativa ou no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no artigo acima.

Parágrafo 3º - A referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Parágrafo 4º - Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Nível 2 de Governança Corporativa, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

Artigo 40 - A saída da Companhia do Nível 2 de Governança Corporativa em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Nível 2 está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o artigo 38 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo 1º - O Acionista Controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput desse artigo.

Parágrafo 2º - Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Nível 2 de Governança Corporativa referida no caput decorrer de deliberação da assembleia geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput.

Parágrafo 3º - Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Nível 2 de Governança Corporativa referida no caput ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os Administradores da Companhia deverão convocar Assembleia Geral de Acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Nível 2 ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Nível 2 de Governança Corporativa.

Parágrafo 4º - Caso a Assembleia Geral mencionada no Parágrafo 3º acima delibere pela saída da Companhia do Nível 2 de Governança Corporativa, a referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no caput, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia Geral, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Capítulo XII - Emissão de Units

Artigo 41 - A Companhia poderá patrocinar a emissão de Units.

Parágrafo 1º - Cada Unit representará 1 (uma) ação ordinária e 2 (duas) ações preferenciais de emissão da Companhia e somente será emitida: (i) mediante solicitação dos acionistas que detenham ações em quantidade necessária à composição das Units, conforme parágrafo 2º abaixo, observadas as regras a serem fixadas pelo Conselho de Administração de acordo com o disposto neste Estatuto Social; (ii) mediante deliberação do Conselho de Administração da Companhia, em caso de aumento de capital dentro do limite de capital autorizado com a emissão de novas ações a serem representadas por Units; ou (iii) nos casos previstos no parágrafo 2º do artigo 43 e no artigo 44 deste Estatuto Social.

Parágrafo 2º - Somente ações livres de ônus e gravames poderão ser objeto de depósito para a emissão de Units.

Parágrafo 3º - A partir da emissão das Units, as ações depositadas ficarão registradas em conta de depósito aberta em nome do titular das ações perante a instituição financeira depositária.

Parágrafo 4º - A Companhia poderá contratar instituição financeira para emitir Units.

Artigo 42 - As Units são escriturais e, exceto na hipótese de seu cancelamento, a propriedade das ações representadas pelas Units somente será transferida mediante transferência das Units.

Parágrafo 1º - O titular de Units terá o direito de, a qualquer tempo, solicitar à instituição financeira depositária o cancelamento das Units e a entrega das respectivas ações depositadas, observadas as regras a serem fixadas pelo Conselho de Administração de acordo com o disposto neste Estatuto Social.

Parágrafo 2º - O Conselho de Administração da Companhia poderá, a qualquer tempo, suspender, por prazo determinado, a possibilidade de cancelamento de Units prevista no parágrafo 1º deste artigo 42, no caso de início de oferta pública de distribuição primária e/ou secundária de Units, no mercado local e/ou internacional, sendo que neste caso o prazo de suspensão não poderá ser superior a trinta dias.

Parágrafo 3º - As Units sujeitas a ônus, gravames ou embaraços não poderão ser canceladas.

Artigo 43 - As Units conferirão aos seus titulares os mesmos direitos e vantagens das ações por elas representadas, inclusive em relação ao pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio e quaisquer outras bonificações, pagamentos ou proventos a que possam fazer jus.

Parágrafo 1º - O direito de participar das Assembleias Gerais da Companhia e nelas exercer todas as prerrogativas conferidas às ações representadas pelas Units, mediante comprovação de sua titularidade, cabe exclusivamente ao titular das Units. O titular da Unit poderá ser representado nas Assembleias Gerais da Companhia por procurador constituído nos termos da Lei das Sociedades por Ações e deste Estatuto Social.

Parágrafo 2º - Na hipótese de desdobramento, grupamento, bonificação ou emissão de novas ações mediante a capitalização de lucros ou reservas, serão observadas as seguintes regras com relação às Units: (i) caso ocorra aumento da quantidade de ações de emissão da Companhia, a instituição financeira depositária registrará o depósito das novas ações e creditará novas Units na conta dos respectivos titulares, de modo a refletir o novo número de ações detidas pelos titulares das Units, guardada sempre a proporção de 1 (uma) ação ordinária e 2 (duas) ações preferenciais de emissão da Companhia para cada Unit, sendo que as ações que não forem passíveis de constituir Units serão creditadas diretamente aos acionistas, sem a emissão de Units; e (ii) caso ocorra redução da quantidade de ações de emissão da Companhia, a instituição financeira depositária debitará as contas de depósito de Units dos titulares das ações grupadas, efetuando o cancelamento automático de Units em número suficiente para refletir o novo número de ações detidas pelos titulares das Units, guardada sempre a proporção de 1 (uma) ação ordinária e 2 (duas) ações preferenciais de emissão da Companhia para cada Unit, sendo que as ações remanescentes que não forem passíveis de constituir Units serão entregues diretamente aos acionistas, sem a emissão de Units.

Artigo 44 - No caso de exercício do direito de preferência para a subscrição de ações de emissão da Companhia, se houver, a instituição financeira depositária criará novas Units no livro de registro de Units escriturais e creditará tais Units aos respectivos titulares, de modo a refletir a nova quantidade de ações preferenciais e ações ordinárias de emissão da Companhia depositadas na conta de depósito vinculada às Units, observada sempre a proporção de 1 (uma) ação ordinária e 2 (duas) ações preferenciais de emissão da Companhia para cada Unit, sendo que as ações que não forem passíveis de constituir Units serão creditadas diretamente aos acionistas, sem a emissão de Units. No caso de exercício do direito de preferência para a subscrição de outros valores mobiliários de emissão da Companhia, não haverá o crédito automático de Units.

Capítulo XIII - Arbitragem

Artigo 45 - A Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial,

da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Nível 2 de Governança Corporativa.

Capítulo XIV - Disposições Gerais

Artigo 46 - Este Estatuto será regido e interpretado de acordo com as Leis da República Federativa do Brasil.

Artigo 47 - As matérias omissas neste Estatuto reger-se-ão pela Lei das Sociedades por Ações, e demais disposições legais pertinentes, observado o disposto no Regulamento do Nível 2.

Artigo 48 - Os termos utilizados em letra maiúscula, mas que não sejam definidos neste Estatuto Social terão o significado a eles atribuídos no Regulamento do Nível 2.

**ANEXO V – JUSTIFICATIVAS E IMPACTOS DA ALTERAÇÃO
AO ESTATUTO SOCIAL**

(conforme artigo 12, Inciso II da Resolução CVM 81)

Alteração	Justificativa e impacto
Artigo 1º - BR Advisory Partners Participações S.A. <u>BRBI BR Partners S.A.</u> (“Companhia”) é uma sociedade anônima, com prazo de duração indeterminado, regida pelo disposto neste Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações posteriores (“Lei das Sociedades por Ações”), pelo Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) (“Regulamento do Nível 2”) e demais disposições legais aplicáveis.	A alteração da razão social da Companhia visa simplificar e modernizar a identidade corporativa da Companhia. A Companhia não vislumbra impactos econômicos e/ou jurídicos relevantes em decorrência da alteração proposta. A alteração da razão social não altera a personalidade jurídica da Companhia, que continua sendo a mesma entidade legal.
Artigo 22 - Competirá ao Conselho de Administração da Companhia deliberar sobre as seguintes matérias: (...) (x) aprovar <u>transações que possuam valor superior a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido da Companhia constante do último balanço social publicamente disponível que envolvam</u> (i) a aquisição (por subscrição ou outra forma), transferência (por alienação ou outra forma) de participações societárias; (ii) a constituição de ônus, por qualquer forma, direta ou indiretamente, de participações societárias, ou de direitos decorrentes das referidas participações societárias; (iii) a celebração de qualquer novo acordo de acionistas, de sócios ou cotistas relativos às controladas ou investidas em que a Companhia, direta ou indiretamente, detenha participação societária, ou alteração de qualquer dos acordos de acionistas, de sócios ou de cotistas existentes;	O impacto jurídico dessa alteração no Estatuto Social da Companhia implica que apenas operações de maior relevância financeira serão submetidas à aprovação do Conselho de Administração. Economicamente, a definição de um valor mínimo equivalente a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido da Companhia) como requisito para a deliberação do Conselho de Administração pode acelerar o processo de decisão em transações de menor valor, permitindo que a Companhia aproveite oportunidades de mercado de forma mais ágil. Isso pode resultar em uma maior eficiência operacional e potencialmente em melhores resultados financeiros.